



Deputada propõe CPI do 'Agronejo' para investigar cachês milionários de sertanejos

CAPPELLI - PÁGINA 14

Centrão e Faria Lima querem novo ciclo com aliança Tarula

O vice do TSE, André Mendonça, propôs critérios para definir conteúdo de Inteligência Artificial que simula áudio ou vídeo real, e diferenciá-la de outras criações artificiais.

TALES FARIA - PÁGINA 2

Defesa de Bolsonaro pede prazo sobre armas

Advogados do ex-presidente pedem 90 dias para definir o destino das armas apreendidas pela PF e evitar que a entrega ao Exército seja considerada transferência definitiva.

CORREIO BASTIDORES - PÁGINA 12

Mendonça sugere regras para uso de deepfake

Vice do TSE, ministro André Mendonça propôs critérios para definir conteúdo de IA que simula áudio e vídeo reais.

PÁGINA 23

FERNANDO MOLICA

GOLPISTAS
ATACARAM A PAZ
DOS BRASILEIROS

PÁGINA 2

EDITORIAL

O PERIGO SILENCIOSO
DO TABAGISMO ENTRE
JOVENS NO BRASIL

PÁGINA 2

TRE-SP manda partido Novo retirar boneco inflável de Lula

Artefato mostra presidente como presidiário e foi equiparado a um outdoor

PÁGINA 3

JUSTIÇA APURA USO ELEITORAL EM AGENDA INSTITUCIONAL DE NUNES

A ação foi apresentada pela Coligação Desperta São Paulo (PDT,PSB,PT-PCdoB-PV,Psol-Rede) e envolve visita do prefeito Ricardo Nunes ao Mercado Municipal de São Miguel Paulista, em 20 de agosto. Segundo a denúncia, a agenda contou com candidatos ao Senado, Guilherme Derrite(PP) e André do Prado(PL), além do candidato a presidente, Flávio Bolsonaro (PL) e teria usado estrutura pública em benefício eleitoral. A Justiça vai apurar possível uso de bem e servidores municipais. Envolvidos devem apresentar defesa.

PÁGINA 3



REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Prefeito esteve com Flávio, Derrite e André do Prado no Mercado Municipal de São Miguel Paulista



DIVULGAÇÃO/DIÁRIO DOS TRILHOS

Cia Paulista de Trens Metropolitanos tem mais de 4 mil trabalhadores

CPTM: lei que mantém empregos é sancionada

Texto autoriza Governo a aproveitar trabalhadores das das linhas 11, 12 e 13 em órgãos estaduais após concessão, falhas na operação, greve e retomada por 90 dias.

PÁGINA 3

Parlamentares acionam MPF e MP-SP contra data center de R\$ 5 bilhões

O mega data center de IA planejado para o distrito de Barão Geraldo, em Campinas, virou alvo de representações pedindo a paralisação imediata e a apuração de problemas no licenciamento.

PÁGINA 6

Prefeitura abre consulta sobre PPP para 95 escolas

Projeto prevê R\$ 940 milhões para reformar 95 escolas do distrito de São Mateus. A empresa cuidará da manutenção e de serviços de apoio por 20 anos, sem assumir o ensino.

PÁGINA 18

Casa Civil planeja R\$ 154,6 mi em contratações

Planejamento do Estado para 2027 prevê R\$ 81,7 milhões em cestas básicas, R\$ 37,8 milhões em cursos e gastos com limpeza, alimentação, computadores e segurança.

PÁGINA 17

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Centrão e Faria Lima torcem por novo ciclo e aliança Tarula

Akira Auriani (PSB), prefeito da cidade de Rio Grande da Serra, que fica no ABC paulista a 55 quilômetros da capital, tem dito a correigionários que se entende melhor com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) do que com o candidato do PT ao Palácio dos Bandeirantes, Fernando Haddad. Seu partido, o PSB, não só deu o vice de Haddad – o ex-governador Márcio França – como até o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

O prefeito de São Bernardo do Campo, Marcelo Lima (Podemos), tem se colocado como aliado de Lula e de Tarcísio ao mesmo tempo, num movimento que cresceu em São Paulo entre aliados do PT e do governador, especialmente aqueles mais ligados aos partidos do centrão.

Esse grupo já se autointitula “Tarula”. Defende que a eleição em São Paulo e no país mal começou, mas já está na hora de acabar. A avaliação dos Tarulas é que Haddad já não tem mais chances de vencer Tarcísio, e que, no plano nacional, Flávio Bolsonaro bateu no teto nas pesquisas de intenção de voto.

Quanto mais cedo, melhor seria para diminuir gastos de campanha e para começar a reorganizar o país. Tarcísio voltaria a cuidar do estado e Haddad voltaria ao comando do Ministério da Fazenda. Em Brasília, ele iniciaria o ajuste fiscal que a chamada Faria Lima tanto espera do próximo governo.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

Golpistas atacaram a paz

Candidato do PSD à Presidência, Ronaldo Caiado inverte valores ao dizer que a anistia aos condenados por tentativa de golpe de Estado e de abolição do Estado Democrático de Direito representaria a “pacificação” do país: eles, os golpistas, é que atentaram contra a paz, procuraram fazer com que brasileiros declarassem guerra contra brasileiros.

Líder da articulação, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tentou sublevar as Forças Armadas, contou com a cumplicidade de alguns importantes subordinados, militares e civis. Todos promoveram e estimularam conflitos que poderiam levar a uma guerra civil e a um derramamento de sangue.

Não há ditadura pacífica. Caso vitorioso, o golpe implantaria um regime de exceção que incluiria perseguições, prisões ilegais, assassinatos e tortura. Os homicídios começariam antes da vitória golpista, teriam como vítimas autoridades da República como o presidente e o vice-presidente.

Para justificar a libertação dos que tentaram provocar a guerra civil, Caiado diz que o presidente Lula (PT) foi “anistiado” pelo STF. Ele sabe que não foi isso: a corte, de maneira tardia, reconheceu a ilegalidade dos processos conduzidos na Justiça Federal de Curitiba, mais focados no processo eleitoral do que no combate à corrupção.

Anistias são geralmente concedidas após di-

Foi decepcionante para a chamada Faria Lima o desempenho de Daniela Marques, assessora econômica de Flávio Bolsonaro no programa “C-Level Entrevista”, da Folha de São Paulo, que foi ao ar nesta quarta-feira, 26.

Chamada a apresentar o plano econômico do seu candidato, ela insistiu que caberia ao Congresso definir seus termos e, quando insistiram em pedir detalhes, chegou a dizer: “não tenho bola de cristal.”

A Faria Lima não morre de amores pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas tem um entendimento razoável com Haddad. E, nesta quarta-feira, para azar dos bolsonaristas, Lula ainda promoveu uma reunião com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-Paraíba), em que anunciaram acordo para a pauta de votações do esforço concentrado do Congresso antes das eleições.

A demonstração de harmonia e entendimento entre Lula e os comandantes do Congresso serviu como uma espécie de calmante na veia do mercado, que tanto clama por previsibilidade e entendimento entre os poderes.

Não que o governo do PT, na visão dos empresários, seja um primor de entendimento com o Congresso. Mas os bolsonaristas, durante a campanha eleitoral, deram seguidas demonstrações de falta de tato político, tanto em relação ao Congresso, como em relação ao Judiciário e até entre eles mesmos.

A torcida do centrão é que Alcolumbre e Hugo Motta votem tudo o que se propuseram para o recesso e comandem um novo pacto entre o Congresso, o governo e o Judiciário para colocar um ponto final nas eleições. E o país possa começar uma nova fase.

taduras, servem — aí sim — para pacificar países feridos pelo arbítrio de regimes de exceção.

Foi o que ocorreu no Brasil em 1979, uma anistia necessária, ainda que desfigurada pela concessão de impunidade a torturadores, algo que incentivou futuras pregações golpistas. Não pode haver anistia para os que se aproveitaram da democracia para derrubá-la.

Caiado costuma citar a anistia concedida pelo presidente Juscelino Kubitschek aos militares que, em 1956, atentaram contra sua posse na rebelião de Jacareacanga (PA). Chega a ironizar os jornalistas que lembram da atuação de alguns desses anistiados no Golpe de 1964.

Ontem, em entrevista à rádio CBN, disse que uma simples consulta ao Chat GPT bastaria para não houve tais conexões. Fiz isso, e a resposta, óbvia e chancelada por diversas fontes, contraria o ex-governador de Goiás.

Mais: militares anistiados, como o major-aviador Haroldo Coimbra Veloso, participaram de outra revolta, a de Aragarças, em 1959. Ele voltaria a ser beneficiado em 1961, quando outra anistia foi aprovada pelo Congresso. Em 1964, Veloso atuou ao lado dos golpistas.

Um de seus cúmplices em 1959 e 1964 foi o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, o mesmo que, em 1968, tentou executar um plano terrorista que incluía atentados e assassinatos em massa.

Foi na Base Aérea do Galeão, ligada ao comando de Burnier, que, em 1971, o ex-deputado Rubens Paiva sofreria a primeira sessão de torturas. Lá também seria supliciado e morto Stuart Angel Jones: o estudante teve a boca amarrada no cano de descarga de um jipe e foi arrastado pelo pátio da base.

EDITORIAL

O perigo silencioso do tabagismo entre jovens

Há um alerta que não pode ser ignorado quando uma pesquisa, recente, revela que o tabagismo encontrou terreno fértil entre os mais jovens. O dado de que 19% dos brasileiros de 16 a 24 anos entrevistados se declaram fumantes, acima da média nacional de 17%, deveria provocar mais do que preocupação. Deveria provocar uma reação.

O cigarro, durante décadas, foi associado a doenças graves, dependência e morte. Campanhas públicas reduziram o consumo, mas o problema está longe de ser resolvido. O que preocupa agora é perceber que a iniciação continua acontecendo justamente em uma fase marcada pela formação de escolhas. Segundo o levantamento, o primeiro contato com o cigarro ocorre, em média, aos 16 anos. É cedo demais para que uma dependência seja tratada como uma simples escolha individual.

O alerta ganha dimensão ainda maior diante dos cigarros eletrônicos. A aparência moderna, os sabores e a facilidade de circulação podem criar a falsa sensação de que se trata de algo menos perigoso. A nicotina, porém, continua capaz de provocar dependência. Seja no cigarro convencional ou no eletrônico, o risco é transformar a juventude em porta de entrada para um hábito que pode acompanhar o indivíduo por muitos anos.

Também merece atenção o impacto sobre quem não fuma. Um terço da população brasileira compartilha frequentemente ambientes domésticos ou de trabalho com fumantes. A exposição passiva à fumaça pode elevar o risco de câncer de pulmão, inclusive entre pessoas que nunca fumaram. O cigarro, portanto, não é apenas uma questão individual. Seus efeitos alcançam famílias, colegas e toda a sociedade.

O dado mais preocupante talvez seja a normalização do problema. Parte dos fumantes considera sua própria saúde boa ou ótima, percepção que pode dificultar o reconhecimento dos riscos e adiar a decisão de abandonar o cigarro. A ausência de sintomas imediatos não significa ausência de danos. Muitas consequências do tabagismo se acumulam silenciosamente durante anos.

É preciso fortalecer a prevenção entre adolescentes, ampliar a informação sobre os riscos dos cigarros eletrônicos, combater a banalização do consumo e oferecer apoio a quem deseja parar. Famílias, escolas, autoridades e profissionais de saúde têm responsabilidades diferentes, mas complementares. Prevenção deve começar muito antes da primeira tragada, e não depois do dano.

Quando um jovem começa a fumar, não estamos diante apenas de um hábito. Estamos diante da possibilidade de uma dependência que poderá acompanhá-lo por décadas. O avanço do tabagismo entre os mais novos deve servir como sinal de alerta. Ignorá-lo hoje significa correr o risco de pagar, amanhã, uma conta muito maior em doenças, sofrimento e vidas perdidas.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Juiza vai investigar possível uso de bem público para fins eleitorais.

Justiça apura uso eleitoral em agenda institucional de Ricardo Nunes

O TRE-SP abriu processo para apurar se uma agenda oficial do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes(MDB), foi usada em benefício de candidatos nas eleições. A ação foi apresentada pela Coligação Desperta São Paulo(PDT,PSB, PT-PCdoB-PV, Psol-Rede) e envolve uma visita, em 20 de agosto, ao Armazém Solidário e ao Mercado Municipal de São Miguel Paulista, com participação dos candidatos ao Senado, Guilherme Derrite(PP) e André do Prado(PL) e do candidato a presidente,Flávio Bolsonaro(PL). Segundo a denúncia, houve circulação dos políticos pelo equipamento público, manifestações eleitorais, presença de agentes municipais e publicação em perfil institucional. A juíza Domitila Manssur entendeu que há elementos para investigar possível uso de bem e servidores públicos e publicidade institucional em benefício eleitoral. Os representados foram notificados para apresentar defesa.

TRE manda partido NOVO retirar boneco de Lula

Depois do ônibus plotado, o TRE-SP determinou que Ricardo Salles(Novo), candidato ao Senado, e o diretório estadual do partido Novo retirem, em 24 horas, um boneco inflável de Lula vestido de presidiário, instalado no comitê de campanha, em São Paulo. A juíza Domitila Manssur entendeu que o artefato, pelas dimensões e exposição à rua, produz efeito visual de outdoor, proibido pela legislação eleitoral. A decisão não considera ilícita a crítica a Lula. O descumprimento gera multa diária de R\$ 1 mil. O partido vai recorrer da decisão.

ASSESSORIA/ PARTIDO NOVO



Boneco inflável de Lula foi instalado no diretório do partido Novo

Republicanos aposta em Sikera Jr para puxar votos

O partido Republicanos aposta na candidatura do apresentador de TV Sikêra Jr, das TVs “A Crítica” e “RedeTV” a deputado federal por São Paulo como puxador de votos para ampliar sua bancada na Câmara. A entrada do comunicador na disputa foi articulada pelo governador Tarcísio de Freitas e pelo presidente nacional do partido, Marcos Pereira. Natural de Pernambuco, Sikêra afirma ter escolhido São Paulo pela diversidade do eleitorado. O partido espera que ele repita o desempenho de Celso Russomanno.

Fiesp debate combate ao crime organizado

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realiza na segunda-feira (31), na Avenida Paulista, o Congresso Fiesp de Segurança Pública. O evento discutirá o crime organizado e seus impactos na economia, com autoridades do Brasil, El Salvador e Itália. Também serão apresentados resultados de pesquisas da entidade com a população, a indústria paulista e a população carcerária.

Agenda do Tarcísio

O governador e candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), visitou na quarta(26) conjunto habitacional na capital paulista e participou de sabatina da VEJA+. Nesta quinta(27), terá duas agendas: às 10h30, participa da abertura da 43ª Expoflora, em Holambra e às 19h, estará no lançamento de campanha de deputada, em Francisco Morato.

Agenda do Haddad

Fernando Haddad (PT) fez campanha nesta quarta (26) em Ourinhos e Assis, com caminhadas, entrevistas e ato político. Nesta quinta (27), o candidato ao governo de SP lança, em Presidente Prudente, seu programa para agricultura familiar e participa de atos políticos em Andradina e Araçatuba, durante agenda pelo interior paulista.

Febre do Nilo Ocidental

O Estado confirmou os dois primeiros casos humanos de Febre do Nilo Ocidental no estado. Uma mulher de 34 anos, de Ribeirão Preto, se recuperou, enquanto uma jovem de 18 anos, de São José do Rio Preto, segue internada. A doença é transmitida principalmente por mosquitos Culex, conhecidos como pernilongos. Os casos seguem sob investigação.

Batalhão em Araçatuba

O Governo de SP autorizou o uso gratuito, por 30 anos, de um imóvel da Prefeitura de Araçatuba pela Secretaria da Segurança Pública. O local, no bairro Aviação, abrigará a 1ª Companhia do 2º Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar. O prazo poderá ser renovado sucessivamente. O decreto entrou em vigor na quarta-feira (26).

PL quer mudar Lei Rouanet

O deputado federal Capitão Augusto (PL-SP) apresentou projeto na Câmara que altera a Lei Rouanet para reservar ao menos 3% dos recursos de seleção de projetos culturais ao segmento circo. A proposta também prevê critérios específicos de avaliação, considerando fatores como itinerância, estruturas desmontáveis e tradição familiar dos circos.

Plano da Primeira Infância

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (CONDECA), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e o Ministério Público debatem a revisão do Plano Estadual da Primeira Infância (PEPI) - Lei Nº 17.347/2021, com o apoio técnico de um diagnóstico firmado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas.



Companhia Paulista de Trens conta com mais de 4 mil trabalhadores

CPTM: Tarcísio sanciona lei que permite absorção de funcionários

Medida ocorre após concessão de linhas, falhas na operação e greve de ferroviários

Da **Redação**

O governador Tarcísio de Freitas(Republicanos), sancionou a lei que autoriza a absorção de funcionários da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) por outros órgãos e entidades estaduais. A Lei nº 18.497, de 25 de agosto de 2026, foi publicada no Diário Oficial de quarta-feira (26) e contempla empregados das linhas 10-Turquesa, 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade.

Em caráter de urgência, o projeto foi enviado pelo Executivo à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) no início de agosto e aprovado por unanimidade pelos deputados no último dia 18. O texto ainda depende de uma regulamentação do Executivo para definir os critérios e procedimentos de transferência.

Os trabalhadores poderão ser absorvidos por órgãos da administração direta ou indireta por meio de redistribuição, cessão, aproveitamento, remanejamento ou outras modalidades previstas na legislação. As despesas serão custeadas por dotações orçamentárias próprias.

A sanção ocorre após uma sequência de episódios envolvendo a concessão das linhas da CPTM. As linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade foram con-

cedidas à iniciativa privada e passaram à operação da Trivia Trens em julho. Poucos dias depois, problemas operacionais foram registrados nos ramais. Em 23 de julho, uma ocorrência envolvendo incêndio e falha no fornecimento de energia interrompeu a circulação e levou passageiros a desembarcarem e caminharem pelos trilhos.

Após os problemas, o governo determinou que a CPTM reassumisse temporariamente a operação das três linhas e do Expresso Aeroporto por um período inicial de até 90 dias.

O futuro dos empregados também provocou uma mobilização da categoria. Nos dias 4 e 5 de agosto, ferroviários entraram em greve nas linhas 11, 12 e 13. Entre as reivindicações estavam a garantia dos empregos e a reversão da concessão. A Linha 13 e o Expresso Aeroporto chegaram a ficar paralisados, enquanto as linhas 11 e 12 operaram parcialmente. A paralisação terminou após uma audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho. No mesmo dia, o governo encaminhou à Alesp o projeto que resultou na lei sancionada agora por Tarcísio. Os trabalhadores aprovaram o fim da greve por 131 votos a 26.

Mesmo após a retomada pela CPTM, falhas técnicas provocaram lentidão em linhas.



O procurador-geral Legislativo, Paulo Baccarin, representou a Câmara

Câmara de SP participa de congresso de Direito Público

O evento reuniu autoridades e especialistas para discutir temas ligados ao Direito Público e ao controle externo. O procurador-geral Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo, Paulo Augusto Baccarin, representou a presidência do Legislativo paulistano no Congresso Nacional de Direito Público e Controle Externo, realizado na segunda-feira (24), na sede do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP). Também participaram do evento os vereadores Adilson Amadeu (UNIÃO) e Guilherme Corrêa (UNIÃO). A programação contou com uma palestra do ministro e vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. O magistrado também recebeu uma homenagem do TCM-SP durante o congresso. O encontro reuniu representantes do setor público e profissionais da área jurídica.

Câmara entrega Salva de Prata à Associação LGBT

A Câmara Municipal de São Paulo entregou na última terça-feira (25) a Salva de Prata à APOLGBT-SP, responsável pela organização da Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo. A homenagem foi recebida pelo presidente da associação, Nelson Matias, em cerimônia no Salão Nobre. Criada em 1996, a Parada reúne milhares de pessoas e promove ações relacionadas à diversidade, cidadania e direitos humanos. A entidade também realiza na cidade de São Paulo iniciativas culturais ao longo do ano.



Honraria foi instituída pela ex-vereadora Adriana Ramalho

Mulheres que contribuem com trabalhos sociais

A Câmara Municipal de São Paulo sediou a solenidade Mulheres que Transformam, que homenageou mais de 70 mulheres por trabalhos desenvolvidos em benefício da sociedade. O evento contou com o apoio do vereador Carlos Bezerra Jr. (PSD). A iniciativa reconheceu profissionais de diferentes áreas e destacou trajetórias de protagonismo feminino, superação e participação em ações voltadas à transformação social. A cerimônia foi realizada no Palácio Anchieta para destacar a atuação em projetos de interesse coletivo.

Câmara debate permanência em hotéis sociais

A Comissão Extraordinária de Segurança Pública da Câmara Municipal de SP debateu, nesta terça-feira (25), o funcionamento dos hotéis sociais. Representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e da sociedade civil participaram do encontro. A pasta informou que avalia os serviços e imóveis utilizados e apontou a permanência prolongada de usuários como um dos desafios do programa.

Câmara recebe alunos I

A Câmara Municipal de São Paulo recebeu, nesta semana, um grupo de alunos da Associação para o Desenvolvimento Integral do Deficiente (ADID) para uma visita institucional guiada. A atividade teve como principal objetivo apresentar aos estudantes o funcionamento prático do Poder Legislativo municipal e a rotina dos parlamentares.

Câmara recebe alunos II

Durante o percurso pelo Palácio Anchieta, os visitantes conheceram as dependências administrativas e o Plenário, onde ocorrem as sessões ordinárias. Servidores explicaram a importância da participação cidadã na política local. O programa institucional busca estreitar os laços entre o parlamento e a sociedade, promovendo a inclusão.

Nova posse na Câmara I

A Câmara de SP realizou uma cerimônia oficial para a posse de um novo integrante na diretoria da Academia Brasileira de Letras, Artes e Ciências (Ablaguam). O evento ocorreu no plenário da Casa e reuniu diversas autoridades, convidados especiais e representantes de entidades culturais para marcar a entrada do novo membro.

Nova posse na Câmara II

Durante a programação, os participantes destacaram a relevância histórica do grêmio literário e o impacto de ações em prol da sociedade. A mesa diretora conduziu os protocolos regimentais, ressaltando o compromisso contínuo do parlamento com a difusão artística e a valorização da cultura regional. A cerimônia foi finalizada com homenagens.

SP amplia vacinação I

A Prefeitura de São Paulo ampliou a campanha de vacinação contra o sarampo em todo o território municipal com o objetivo de conter a circulação do vírus na capital. A iniciativa, coordenada pela Secretaria Municipal da Saúde, busca elevar os índices de cobertura vacinal e evitar o surgimento de novos casos da doença.

SP amplia vacinação II

As doses da vacina tríplice viral estão disponíveis em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da cidade para o público estipulado nos protocolos sanitários vigentes. Autoridades de saúde pública reforçam a importância de manter a caderneta de vacinação atualizada, lembrando que a imunização é a principal ferramenta preventiva.



Janaina Paschoal (PP) afirmou ser favorável à valorização de profissionais

Vereadores discutem acessibilidade e temas urbanos

Sessão também discutiu orçamento para idosos e projeto ambiental local

Da **Redação**

O vereador Eli Corrêa (UNIÃO) abordou as condições de acessibilidade da Estação Guaianases, na zona leste. Durante o pronunciamento, exibiu um vídeo em que acompanha uma idosa com mobilidade reduzida nas dependências da estação da Linha 11-Coral da CPTM. Segundo o parlamentar, o local não dispõe de escada rolante nem de elevador. Corrêa afirmou que pessoas com mobilidade reduzida enfrentam dificuldades para utilizar as escadas e disse ter encaminhado um ofício à Artesp.

O vereador Senival Moura (PT), presidente da Comissão Extraordinária do Idoso e da Assistência Social, tratou de alterações no orçamento municipal destinadas à população idosa. Ele afirmou ter recebido um documento de fóruns e movimentos ligados ao tema com questionamentos sobre vetos do Executivo. Moura disse que pretende conversar com o presidente da Câmara sobre a realização de uma Sessão Plenária para discutir os vetos. Segundo ele, mais de 50 entidades assinaram o documento.

Outro tema foi o Projeto de Lei (PL) 526/2026, do Executivo, que propõe a criação do

Quadro dos Profissionais do Meio Ambiente (QPMA), de cargos e medidas de valorização remuneratória no Quadro de Gestão Administrativa Superior (QGAS). A proposta foi aprovada em primeira discussão pelos vereadores.

Janaina Paschoal (PP) afirmou ser favorável à valorização dos profissionais, mas questionou o artigo 30, que autoriza chefes de secretarias do Executivo a contratar serviços terceirizados de contabilidade. Ela disse ter solicitado esclarecimentos de técnicos da Prefeitura. O vereador Guilherme Corrêa (UNIÃO) também criticou o artigo e explicou seu voto contrário ao projeto na votação anterior. Ele afirmou apoiar a valorização da carreira, mas questionou a inclusão da autorização para novas contratações.

Na área de segurança, o vereador Gilberto Nascimento (PL) comentou uma operação da Polícia Civil realizada na segunda-feira (24/08), que apreendeu mais de R\$ 1,5 milhão em ouro e joias na capital e na Região Metropolitana. Segundo ele, a ação identificou uma região central conhecida como “Círculo de Fogo”. Nascimento defendeu medidas para combater roubos e a comercialização irregular do material.



Vini Oliveira na 2ª Reunião Ordinária em 4 de fevereiro

Comissão Processante vota na sexta (28) relatório final sobre Vini

A Comissão Processante instaurada para apurar a eventual prática de infrações político-administrativas atribuídas ao vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) concluiu a etapa de análise das razões finais apresentadas pela defesa do parlamentar. Diante do encerramento desta fase do processo, o formalizou a convocação de uma reunião para sexta-feira (28), quando o colegiado votará se indicará a cassação de Vini ou o arquivamento do caso. A pauta prevê a leitura pública do parecer elaborado pelo relator, o vereador Otto Alejandro (PL-SP), seguida dos votos dos membros da comissão, composta ainda pelos vereadores Paulo Haddad (PSD-SP), presidente da CP, e Dr. Yanko (PP-SP). As atividades terão início às 10h, no Plenarinho, com acesso ao público pela Avenida Engenheiro Roberto Mange, número 66, no Bairro Ponte Preta.

Sessão de julgamento

Após a conclusão da votação interna, o documento final da Comissão Processante seguirá para o gabinete do presidente da Câmara de Campinas, vereador Luis Rossini (Republicanos-SP). Caberá a ele o agendamento da sessão extraordinária de julgamento, com prazo máximo fixado até o dia 15 de setembro, quando os vereadores definirão - por votação no plenário - se o mandato de Vini será mantido ou cassado.



@GUILHERMECAMPOSOFICIAL

Secretário de Política Agrícola do Mapa durante o painel

Guilherme Campos debate logística do Agro

O Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Guilherme Campos, participou da 7ª edição da Datagro, Abertura de Safra – Soja, Milho e Algodão em Goiânia (GO). O evento reuniu representantes do setor para debates sobre o planejamento e o desenvolvimento do agronegócio no Brasil. Durante as atividades, o campineiro integrou o painel cujas discussões foram centradas na infraestrutura e na logística do país.

Complexo

Abordou gargalos, demandas de expansão e estratégias voltadas para armazenagem, transporte e escoamento da produção nacional de grãos. Além de Campos, participaram Eduardo Alves, diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Adial (Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás) e Thiago Sanches, coordenador de Logística da SLC Agrícola (empresa produtora de commodities).

PINGA-FOGO

Novas escolas

A primeira das quatro novas escolas estaduais previstas para Campinas começou a ser construída na região do Jardim Campo Belo. As obras de terraplanagem ocupam uma área de 20 mil m² doada pela Prefeitura no Jardim São Domingos. A previsão é de que a unidade seja entregue no segundo semestre de 2027.

Campo Belo/Viracopos

Além desta escola, a região do Campo Belo/Viracopos receberá outra unidade, no Jardim Fernanda. A construção está prevista para começar ainda este ano. Cada uma delas terá capacidade para 1.040 alunos dos ensinos Fundamental e Médio. Os dois novos equipamentos devem atender parte do déficit estimado em cerca de 3 mil vagas na região.

Ampliação da rede

“Nosso compromisso é continuar acompanhando de perto todo o processo, cobrando e seguindo passo a passo cada etapa para que essas escolas saiam do papel e se tornem realidade para a população”, afirma o vereador Carmo Luiz (Republicanos-SP), que tem como uma das bandeiras a ampliação da rede escolar na região.

PPP

Além das duas escolas do Campo Belo/Viracopos, Campinas receberá outras duas unidades, uma no Distrito do Campo Grande e outra no Distrito do Ouro Verde. De acordo com o governo do Estado de São Paulo, serão investidos R\$ 200 milhões no conjunto das quatro escolas. As unidades serão construídas por meio de Parceria Público-Privada (PPP).

R\$ 2,1 bi

O modelo prevê a participação de empresas privadas na execução dos empreendimentos cujos projetos contam com quadras poliesportivas cobertas, salas de leitura e salas de aula com ar-condicionado. Já o programa prevê investimentos de R\$ 2,1 bi ao longo dos próximos 25 anos, período de duração das parcerias.

Como funciona

A concessão go governo de São Paulo transfere à iniciativa privada os serviços administrativos e infraestruturais — como limpeza, conservação predial, vigilância e suporte tecnológico — pelo período de 25 anos, enquanto o Estado mantém o controle exclusivo da gestão pedagógica.



Prédio da Maternidade, na Av. Orosimbo Maia, no Centro de Campinas

Maternidade ganha prêmio por ampliar partos de alto risco no SUS

Hospital recebeu R\$ 44.700 milhões da Tabela SUS paulista, segundo SP

Da **Redação**

A Maternidade de Campinas recebeu o Prêmio Acesso Hospitalar - Tabela SUS Paulista do Seminário SUS Paulista: Regionalização, Acesso e Inovação em Saúde. A entrega foi promovida pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em cooperação com a Organização Pan-Americana da Saúde.

A iniciativa visa reconhecer unidades que atuaram para elevar o volume de serviços e a assistência prestada à população. Ao todo, 16 entidades do território paulista foram contempladas com 19 títulos de reconhecimento. A Maternidade captou de R\$ 44.700 milhões em transferências da Tabela.

De acordo com a Secretaria estadual, o montante foi aplicado no custeio das operações hospitalares, na manutenção das equipes e na expansão direta dos atendimentos. Já a concessão do título considerou o desempenho da instituição no crescimento do volume de procedimentos de alta complexidade no intervalo analisado.

“A ampliação da assistência ao parto de alto risco é um resultado importante para toda a região, porque fortalece a capacidade da rede de

atender gestantes que necessitam de cuidados especializados. Esse reconhecimento demonstra como o fortalecimento dos hospitais contribui para uma assistência mais acessível e resolutiva no SUS”, explica Jorge Curi, diretor do Departamento Regional de Saúde (DRS) de Campinas.

Na região, 104 instituições são beneficiadas pela Tabela SUS Paulista, que receberam R\$ 830,8 milhões entre janeiro de 2024 e maio de 2026. O programa complementa os valores pagos pela tabela federal e fortalece a capacidade dos hospitais conveniados ao SUS de ampliar a oferta de procedimentos de média e alta complexidade.

Entre janeiro de 2023 e maio de 2026, foram realizadas 29,1 mil cirurgias do aparelho circulatório e 12,1 mil cirurgias oncológicas. Considerando os últimos 12 meses, foram registrados 9,3 mil procedimentos cardiovasculares, volume 26,19% superior ao de 2022. As cirurgias oncológicas cresceram 76% no mesmo período de comparação.

O programa é mantido pelo Governo de São Paulo e destinou R\$ 11 bilhões a hospitais filantrópicos e municipais. A medida contempla mais de 100 unidades de saúde distribuídas em 77 municípios.

Conti, Sâmia, Petta e Orlando Silva acionam MPs por suspensão do data center de R\$ 5 bi

Prefeitura confirma 12 anos de isenção fiscal; parlamentares pedem investigação em projeto

Por **Moara Semeghini**

A instalação do mega data center de inteligência artificial na Fazenda Pau D'Alho, no distrito de Barão Geraldo, em Campinas, virou alvo de uma forte ofensiva jurídica. A vereadora Mariana Conti (PSOL) e a deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) protocolaram representações no Ministério Público Estadual (MP-SP) e no Federal (MPF) cobrando inspeção urgente, apuração de irregularidades no licenciamento e a suspensão de intervenções no terreno de quase 1 milhão de metros quadrados. Na mesma linha, o vereador Gustavo Petta (PCdoB) e o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) acionaram o MP-SP com uma Notícia de Fato.

Em resposta aos questionamentos, a Prefeitura de Campinas alegou que os alvarás atuais tratam apenas de uma subestação e confirmou a concessão de 12 anos de isenção de impostos municipais para a empresa Terra Nova 1500 Ltda. Anunciado com investimento inicial de R\$ 5 bilhões, podendo chegar a R\$ 20 bilhões, o projeto da TERRANOVA e da gestora Actis prevê ocupar 944 mil m² no Polo de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (PIDS).



Mariana Conti, Sâmia Bomfim, Gustavo Petta e Orlando Silva: suspensão do data center de R\$ 5 bilhões

PENDÊNCIAS AMBIENTAIS E RISCOS HÍDRICOS

Nas representações, as parlamentares do PSOL apontam contradição no cronograma: o projeto urbanístico foi deferido em 20 de agosto e os Alvarás de Aprovação e Execução saíram no dia seguinte, embora a última publicação oficial registrasse nove grupos de exigências ambientais pendentes, incluindo água, esgoto, drenagem, Área de Preservação Permanente (APP) e patrimônio cultural.

“Um empreendimento para

inteligência artificial precisa demonstrar, antes de avançar, quanto consumirá de água e energia, qual a origem dos recursos e como será tratado o calor residual. A análise de impacto não pode ser secundarizada”, afirmam Mariana e Sâmia. Mariana Conti complementa que Campinas não pode “receber uma obra irreversível primeiro e discutir as consequências depois”.

Pelo PCdoB, Gustavo Petta alerta para o estresse hídrico na bacia dos rios PCJ, citando estimativas de consumo de até

3,24 milhões de litros de água por dia para resfriamento e demanda energética de 400 MW. Petta também critica os incentivos tributários: “O prefeito promete 3,6 mil empregos, mas a maioria é temporária, enquanto a prefeitura concede 12 anos de isenção sem contrapartida clara em postos qualificados”.

A representação no MP-SP pede inquérito civil, notificação ao GAEMA/PCJ e inspeção técnica urgente com possibilidade de embargo. No MPE, o foco é a conexão do

complexo à Rede Básica nacional de energia e eventual fracionamento do licenciamento ambiental.

PREFEITURA

Procurada, a Prefeitura de Campinas informou que os alvarás publicados referem-se exclusivamente à implantação de uma subestação de energia elétrica (1,5 mil m²). A administração revelou que a Licença Ambiental Prévia e de Instalação (LP/LI nº 030/2026-II) foi emitida em 18 de agosto pela própria Secretaria Municipal do Clima. O Executivo confirmou ainda o pacote de isenções fiscais por 12 anos com base na Lei 16.174/2021, que desonera ITBI, IPTU, ISSQN da obra e taxas de aprovação, além de aplicar alíquota reduzida de 2% para ISSQN operacional.

MOBILIZAÇÃO POPULAR

Moradores de Barão Geraldo manifestam apreensão com ruídos contínuos dos geradores e a sobrecarga sobre os recursos hídricos. A Frente Parlamentar pelo Meio Ambiente convocou um Debate Público para este sábado (29/08), às 11h, no Palco da Praça do Coco, em Barão Geraldo, para discutir os impactos do projeto com a comunidade.

Câmara aprova obrigatoriedade de microchip em pitbulls

Por **Moara Semeghini**

A Câmara Municipal de Campinas deu mais um passo na legislação que regulamenta a posse e o manejo de cães na cidade. Em sessão ordinária realizada nesta quarta-feira (26), os vereadores aprovaram, em primeira discussão, o projeto de lei que torna obrigatória a identificação por microchip e o cadastro oficial de cães da raça pitbull e de seus cruzamentos.

A proposta, apresentada por meio de um Substitutivo Total ao Projeto de Lei nº 263/25, é de autoria dos vereadores Hebert Ganem (Podemos) e Permínio Monteiro (PSB). O texto altera o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos de Campinas para

criar o Programa Municipal de Identificação e Microchipagem Obrigatória da raça.

De acordo com o projeto, todos os pitbulls residentes no município deverão ser registrados em um banco de dados oficial mantido pela administração municipal. O microchip conterá dados do animal (nome, sexo, idade e características) e do responsável (nome, endereço e telefone), além da identificação do médico-veterinário aplicador. O tutor será obrigado a manter as informações atualizadas em casos de mudança de endereço, transferência de propriedade, castração ou óbito. Enquanto a alteração não for informada, o antigo responsável continuará respondendo legalmente por eventuais atos do cão.

“Existe um preconceito



Proposta é dos vereadores Hebert Ganem (à esq.) e Permínio Monteiro (em pé)

contra a raça, mas o comportamento do animal depende da criação e da socialização. O projeto vai ajudar a responsabilizar quem pratica maus-tratos e abandono”, defendeu o vereador Permínio Monteiro no plenário.

FOCINHEIRA E MICROCHIP

A aprovação da microchipagem ocorre apenas dois dias após a Câmara aprovar o polêmico projeto de lei que restringe a circulação e obriga o uso de focinheira em raças específicas, medida que gerou forte reação de protetores e médicos-veterinários pela falta de consulta prévia ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (CMPDA) e pelos riscos de superaquecimento dos animais em dias quentes.

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

CÂMARA MUNICIPAL DE AMERICANA



Projeto permite regularizar valores não declarados até 2025

Câmara aprova programa para regularizar débitos de ISS

A Câmara de Americana aprovou em primeira discussão, nesta terça-feira (25), o projeto de lei nº 90/2026, que cria um regime especial para incentivar a autorregularização de débitos do Imposto Sobre Serviços (ISS). A proposta permite regularizar valores não declarados até 31 de dezembro de 2025, antes do lançamento do débito. Para aderir, o imposto deverá ser apurado e pago até 31 de dezembro de 2026. O texto prevê remissão de juros e correção monetária e anistia das multas. O projeto cria acompanhamento pela Unidade de Tributação para identificar omissões de receita. A proposta recebeu 16 votos favoráveis, uma abstenção e teve uma ausência. Na sessão, também foram aprovados quatro projetos de lei, 23 requerimentos e cinco moções. Também foram acatados um veto do Executivo e 447 indicações.

Santa Bárbara prevê R\$ 1,12 bi em 2027

A Câmara de Santa Bárbara d'Oeste apresentou nesta terça-feira (25) a estimativa da LDO para 2027, com receita e despesa previstas em R\$ 1,123 bilhão. O valor inclui a Prefeitura e o DAE e supera os R\$ 1,069 bilhão estimados para 2026. Educação e Saúde aparecem entre as áreas com maiores previsões, com R\$ 273,8 milhões e R\$ 272 milhões. A audiência também foi acompanhada por ADIs, que cobraram informações sobre possível reenquadramento na carreira do magistério.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE



Proposta prevê R\$ 1,12 bilhão em receitas e despesas para 2027

Indaiatuba cria regras para ambulantes

A Câmara de Indaiatuba aprovou, em segunda e definitiva votação nesta segunda-feira (24), o projeto que regulamenta o comércio ambulante. A nova lei exige inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário e prevê que a licença permanente possa exigir comprovação de residência. Os vendedores deverão cumprir regras sobre horário, normas sanitárias e mobilidade urbana. Ambulantes já licenciados terão 90 dias para se adaptar às novas exigências. A licença poderá ser revogada em caso de descumprimento das regras.

Vinhedo abre consulta pública para a LOA

Vinhedo abriu consulta pública para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. Moradores podem enviar sugestões sobre ações, serviços, projetos e investimentos até 24 de setembro pelo site oficial. As propostas serão analisadas pelas secretarias e equipes técnicas. A LOA será apresentada em audiência pública on-line em 28 de setembro, às 19h, antes de seguir para a Câmara.

Alerta sobre golpes

Monte Mor alerta para anúncios falsos de leilões que usam o nome do município. A orientação é não realizar pagamentos, fornecer dados pessoais ou clicar em links. A população deve conferir as informações nos canais oficiais. Quem identificar um anúncio falso ou cair no golpe deve registrar um Boletim de Ocorrência e guardar prints.

arrecadação de alimentos

O Vinhedo Dance Festival 2026 arrecadou 95 quilos de alimentos nos dias 22 e 23 de agosto. A mobilização reuniu bailarinos, escolas de dança, professores, familiares e público. As doações foram entregues ao Fundo Social nesta terça-feira (25) e serão destinadas a famílias em vulnerabilidade acompanhadas pelo município.

Paulínia recebe FÉstival

Paulínia recebe neste sábado (29) o FÉstival – Difusão Cultural Cristã, no Parque Brasil 500. Com entrada grátis, o evento terá shows de Jottapê, Gabriel Guedes, Expressar Music e 3 Palavrinhas, além de atividades infantis recreativas. O trenzinho gratuito funcionará das 16h às 20h. A programação começa às 16h e segue até 21h.

Combate à pobreza

Sumaré discutiu nesta quarta-feira (26) ações de combate à pobreza e à insegurança alimentar. A reunião tratou do Programa Superação da Pobreza, que prevê acompanhamento de famílias vulneráveis, integração de serviços, capacitação, inclusão produtiva, geração de renda e fortalecimento da proteção social e atendimento.

Obras recapeiam 12 ruas

Indaiatuba concluiu o recapeamento de 12 ruas do Jardim Oliveira Camargo. Ao todo, foram 4,5 quilômetros de nova pavimentação, equivalente a 33,3 mil metros quadrados. As vias também receberam nova sinalização. A ação faz parte do Plano Municipal de Recapeamento e busca melhorar a mobilidade e as condições de tráfego.

Reforma fiscal em foco

O Parlamento da RMC se reúne nesta sexta-feira (28), em Holambra, para discutir os impactos da Reforma Tributária nos municípios. O encontro terá participação do secretário de Finanças de Campinas, Aurílio Caiado, que defende mudanças para preservar a autonomia municipal e a arrecadação das cidades de toda RMC.



Objetivo é ampliar a capacidade de investimentos nos próximos anos

Valinhos quer reparcelar suas dívidas com o INSS e a União

Saldo das obrigações está estimado atualmente em cerca de R\$ 365 mi

Da Redação

A Câmara Municipal de Valinhos aprovou por unanimidade, nesta terça-feira (25), os projetos de lei que autorizam a Prefeitura a aderir ao reparcelamento de dívidas previsto na Emenda Constitucional nº 136/2025. A proposta abrange débitos com o INSS, com o regime próprio de previdência dos servidores (Valiprev) e com a União, referentes a financiamentos da chamada “dívida do século”.

Segundo a Secretaria da Fazenda, o saldo das três obrigações, hoje estimado em R\$ 365 milhões, pode cair para cerca de R\$ 271 milhões, uma redução de aproximadamente R\$ 93 milhões. A prestação mensal total, atualmente em torno de R\$ 5,2 milhões, poderia recuar para cerca de R\$ 1 milhão.

A negociação com o INSS prevê queda do saldo de R\$ 117 milhões para R\$ 54 milhões, mediante entrada de 20% e desconto de juros e multas acumulados. Já o débito com o Valiprev, de R\$ 93,4 milhões, não tem redução no valor total: apenas o cronograma de pagamento é alongado, o que reduz a prestação mensal mas mantém a dívida praticamente intacta ao longo do tempo, sem desconto de

encargos.

No caso da “dívida do século”, de R\$ 154,9 milhões, a entrada de 20%, cerca de R\$ 31 milhões, poderá ser paga com imóveis sem uso público e créditos de difícil recebimento inscritos em dívida ativa do município, e não em dinheiro vivo, o que significa transferir à União ativos cujo valor de mercado real ainda não foi detalhado publicamente pela gestão.

A Prefeitura argumenta que a folga no caixa, estimada em R\$ 50 milhões por ano, poderá ser destinada a investimentos em saúde, educação, segurança e infraestrutura. Não há, até o momento, um plano detalhado e público de aplicação desses recursos, nem indicadores que permitam à população acompanhar se a economia gerada será de fato revertida em serviços.

A gestão destaca que o município encerrou 2025 com as contas em dia e possui as certidões exigidas para aderir ao programa federal, condição necessária para acessar as condições especiais da nova legislação. A secretária da Fazenda, Rebeca Leardine Qujada, afirmou que a redução das parcelas deve ampliar a capacidade de investimento da administração nos próximos anos.



MAGNIFIC

MPSP classifica investigação sobre delegados como caso criminal

MPSP investiga delegados por irregularidades em Mogi Guaçu

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) instaurou, na segunda-feira (24/8), um procedimento investigatório criminal para apurar possíveis crimes de prevaricação, abuso de autoridade e outras irregularidades atribuídas a delegados da Polícia Civil que atuam na Central de Polícia Judiciária (CPJ) de Mogi Guaçu. A investigação surgiu após reclamações de policiais militares e guardas municipais de Mogi Guaçu, Jaguariúna, Mogi Mirim, Estiva Gerbi e Itapira. Segundo a Promotoria, os investigados teriam desestimulado o registro de ocorrências, provocado atrasos e se ausentado de plantões. O caso também apura a recusa no atendimento de um roubo, atrasos em inquéritos e a chegada de um delegado ao plantão com suspeita de embriaguez, após ser acionado pelo promotor Rodrigo Lopes. O MPSP segue apurando.

TRE cassa mandato de vereador do PL

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) cassou o mandato de vereador Pedro Sannini Andrade dos Santos (PL), eleito em Guaratinguetá em 2024. A Corte reconheceu sua inelegibilidade por condenação criminal transitada em julgado em 2023, por corrupção ativa e embriaguez ao volante. O registro havia sido indeferido, mas uma liminar do STJ suspendeu a inelegibilidade antes da eleição. Em dezembro, a liminar foi revogada. Para o relator Regis de Castilho, os efeitos da condenação foram restabelecidos.



MAGNIFIC

Pedro Sannini tem mandato cassado no TRE-SP por sentença

MP apura morte de bebê em Ribeirão Preto

A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Ribeirão Preto instaurou, na sexta-feira (21/8), inquérito civil para apurar as causas e eventuais responsabilidades pela morte de uma recém-nascida no Hospital das Clínicas. A bebê morreu no dia 20/8, após a mãe passar por uma cesárea de urgência. Segundo a portaria, será investigada a suspeita de que um corte de bisturi na cabeça, durante o parto, tenha causado trauma cranioencefálico. O MP também requisitou informações ao hospital e cópia do inquérito policial local.

Projeto amplia acesso ao Aluguel Social

A Câmara de Limeira aprovou o projeto da vereadora Lu Bogo (PL), que amplia o acesso ao Aluguel Social para mulheres vítimas de violência vindas de outros municípios. A proposta elimina a exigência de carência de residência em Limeira e permite a comprovação da violência por boletim de ocorrência, laudos médicos ou medidas protetivas. O benefício continua condicionado à avaliação socioeconômica.

Feirão de emprego

O 34º Feirão de Empregos de São Roque será realizado no dia 27 de agosto, em uma edição especial no distrito de Maylasky. A iniciativa acontece das 9h às 15h, na Escola Prof. Tibério Justo da Silva, localizada na Rua Profa. Célia Asse Jacob, 3, reunindo empresas de diferentes segmentos e um total de 116 oportunidades de emprego.

Anistia do IPTU avança

A Câmara Municipal de Ibiúna aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 285/2026, que cria o Programa de Recuperação de Créditos Tributários. A medida permite que contribuintes com débitos junto à Prefeitura, negociem o pagamento com isenção de juros. A proposta foi aprovada em regime de urgência e segue os trâmites legais.

Vacinação segue ativa

Sorocaba mantém até 1º de setembro a campanha de multivacinação para crianças e adolescentes menores de 15 anos. As doses estão disponíveis nas 33 UBSs do município. Pais ou responsáveis devem levar a caderneta aos postos. As equipes conferem o histórico e indicam as doses necessárias conforme a idade e a carteirinha de vacinas.

Desconto em multas

Contribuintes de São José do Rio Preto têm até 2 de setembro para negociar dívidas com a Prefeitura e obter até 100% de desconto EM JUROS E MULTAS. A oportunidade vale para débitos municipais e busca facilitar a regularização. Os interessados devem aproveitar o prazo para aderir às condições do programa e evitar a perda do benefício.

Franca debate barulho

A Câmara de Franca realiza na sexta-feira (28), às 11h, audiência pública para discutir o PLC nº 14/2026, que altera o Código de Posturas e trata de ruídos emitidos por dispositivos de vigilância privada entre 22h e 8h. A proposta busca preservar o sossego, sem impedir a atividade de segurança, e prevê exceções para emergências.

Mutirão da inclusão

O PEI de Piracicaba realiza, no dia 21 de setembro, às 8h30, um Mutirão de Laudos voltado a pessoas com deficiência. A iniciativa busca facilitar o acesso ao mercado de trabalho e oferecer atendimento gratuito para emissão de documentos que comprovem a condição de deficiência. As inscrições ficam abertas até 11 de setembro.



MAGNIFIC

Trem Intercidades de Sorocaba é o projeto mais avançado atualmente

TIC Sorocaba avança, mas há entraves antes do leilão em SP

Governador Tarcísio Freitas afirmou que TIC está pronto para nova etapa

Da **Redação**

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, afirmou que o Trem Intercidades (TIC) entre São Paulo e Sorocaba está estruturado para avançar à licitação. A declaração foi feita na terça-feira (25), durante o ABDIB Fórum – Eleições 2026. Ainda assim, o projeto enfrenta obstáculos antes do leilão.

Ao comentar os investimentos ferroviários do estado, Tarcísio citou um suposto “trem Sorocaba-Santos” pronto para leilão. O projeto, porém, não existe dessa forma. O TIC Eixo Oeste prevê a ligação entre São Paulo e Sorocaba, enquanto a conexão entre a capital e a Baixada Santista corresponde ao TIC Eixo Sul. A fala pode ter sido um lapso ou erro de transcrição.

O TIC Sorocaba é o projeto mais avançado. Segundo a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), a principal questão pendente está no trecho entre Barueri e Água Branca, onde a nova ligação precisará compartilhar infraestrutura com a Linha 8-Diamante. O trecho até Barueri é menos complexo, mas a chegada à capital exige solução para reduzir riscos aos investidores.

A modelagem também

mudou após as intervenções dentro da faixa ferroviária da Linha 8 serem retiradas das obrigações da futura concessionária do TIC, evitando vantagem da atual operadora sobre concorrentes. Essas obras deverão ficar sob responsabilidade do poder concedente.

Outro ponto é o modelo de contratação. O governo escolheu o Diálogo Competitivo, no qual empresas são pré-selecionadas e discutem soluções antes da definição do edital final. A fase de diálogo deve terminar em junho de 2027. O edital definitivo está previsto para o terceiro trimestre, e o leilão, para o quarto trimestre do mesmo ano.

O TIC Eixo Oeste terá 88,7 quilômetros entre Água Branca e Sorocaba, com estações em Carapicuíba, Amador Bueno e São Roque. A previsão é transportar cerca de 50 mil passageiros por dia útil, com viagem de aproximadamente uma hora.

O projeto será uma PPP patrocinada e prevê cerca de R\$ 10,5 bilhões em investimentos, sendo aproximadamente R\$ 7,4 bilhões de recursos públicos. Portanto, embora Tarcísio considere o projeto estruturado, o trem ainda não está pronto para um leilão imediato. O cronograma segue em definição.

CORREIO
ECONÔMICO

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Ganhos foram resultado de otimização, segundo a empresa

Campo de Búzios, da Petrobras, bate recorde de exportação de gás

O campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, bateu recordes de exportação de gás natural em agosto, segundo informações divulgadas pela Petrobras nesta quarta-feira (26). A exportação média de gás natural em um mês superou a marca de 10 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d). O recorde mensal anterior era de março de 2026, com 9,1 milhões de m³/d. Localizado no litoral do estado do Rio de Janeiro, a 180 km da costa, o campo está em águas ultraprofundas, a 2,1 mil metros de profundidade. Segundo a companhia, a marca mensal veio acompanhada também de um novo recorde de exportação diária. Em 6 de agosto, Búzios atingiu 14,1 milhões de m³/d, superando o pico anterior, de 13,9 milhões de m³/d, registrado em julho.

RF arrecada R\$ 3,1 bi com IR sobre dividendos

Principal alternativa do governo para compensar a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, a tributação sobre lucros e dividendos continua a arrecadar menos que o previsto. De janeiro a julho, a Receita Federal recebeu R\$ 3,145 bilhões com a medida, o equivalente a apenas 18,3% da previsão revisada de R\$ 17,2 bilhões para todo o ano. A estimativa inicial do governo era arrecadar cerca de R\$ 28 bilhões com Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre dividendos acima de R\$ 50 mil por mês.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Valor equivale a 18,3% da previsão revisada para 2026

Startups testam soluções para a educação

O futuro da educação estará em teste no SESI Lab neste fim de semana. O museu realiza, nos dias 29 e 30 de agosto, o Conexão All Aboard, evento que marca o lançamento do programa EdTech All Aboard. A iniciativa do SESI Lab e do SENAI reúne 16 startups selecionadas para desenvolver e experimentar soluções para a educação ao longo de uma residência de 12 meses. Com feira de tecnologias, oficinas e palestras, a programação é gratuita e aberta ao público.

Evento promove conexões entre setores

O evento ocupa diferentes espaços do museu com demonstrações, protótipos e experiências interativas, promovendo conexões entre startups, educadores, gestores, investidores e visitantes, além de atividades de prototipagem e testes com usuários. Dessa forma, público e participantes se aproximam da cultura maker, um dos pilares de atuação do SESI Lab.

Dívida Pública Federal I

O interesse dos investidores pelos títulos públicos vinculados aos juros fez o Tesouro Nacional elevar a proporção da Taxa Selic (juros básicos da economia) no endividamento do governo brasileiro. A Dívida Pública Federal (DPF) poderá chegar a 2026 com 49% a 53% do valor corrigido pela Selic, que está em 14% ao ano.

Dívida Pública Federal II

A nova meta consta da revisão do Plano Anual de Financiamento (PAF), divulgada nesta quarta-feira (26) pelo Tesouro Nacional. O documento traz metas e parâmetros para a administração da dívida pública do governo. Tradicionalmente, o PAF é divulgado em janeiro, mas passa por revisões no segundo semestre de cada ano.

Dívida Pública I

A incidência dos juros da dívida pública impediu a Dívida Pública Federal de cair em julho. Segundo números divulgados na quarta (26) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 9,268 trilhões em junho para R\$ 9,288 trilhões no mês passado, alta de 0,22%. Em junho deste ano, o indicador havia superado a barreira de R\$ 9 trilhões.

Dívida Pública II

Apesar da alta, a dívida pública está abaixo do previsto. Segundo o Plano Anual de Financiamento, apresentado em janeiro e revisado na quarta-feira, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,7 tri e R\$ 10,3 tri. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna avançou 0,31%, passando de R\$ 8,921 tri em junho para R\$ 8,948 tri em julho.

Pescado nacional I

Os produtores rurais dedicados à criação de pescados têm encontro marcado em Foz do Iguaçu (PR) entre os dias 02 e 04 de setembro. O Sebrae marca presença na 8ª edição do International Fish Congress & Fish Expo Brasil (IFC Brasil 2026). Piscicultores e aquicultores com Cadastro de Produtor Rural (CAD/PRO) têm direito à inscrição gratuita.

Pescado nacional II

Considerado o maior evento do setor aquícola no país, o IFC Brasil 2026 reúne mais de 40 conferencistas de 18 países, feira de negócios e rodadas internacionais de comercialização. O estande de 100 m² previsto para o evento foi planejado para transformar a experiência de marca em oportunidades reais de mercado.



Os dados fazem parte do IPCA-15, divulgado nesta quarta-feira

Prévia da inflação fica em -0,40%, a menor desde 2022

Bônus de Itaipu e alimentos ajudaram a derrubar o IPCA-15

Da Redação

O desconto do Bônus de Itaipu na conta de luz e os preços dos alimentos ajudaram a jogar a prévia da inflação de agosto para baixo e fazer o índice fechar o mês em -0,40%, a menor desde agosto de 2022, quando marcou -0,73%.

Os dados fazem parte do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado nesta quarta-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em julho o indicador tinha marcado 0,06%. Com o resultado de agosto, o IPCA-15 acumula 4,24% em 12 meses.

BÔNUS NA CONTA DE LUZ

Dos nove grupos de produtos e serviços apurados pelo IBGE, cinco apresentaram deflação no mês:

- Alimentação e bebidas: -0,57% (impacto de -0,12 ponto percentual)
- Habitação: -1,41% (-0,22 p.p.)
- Artigos de residência: 0,04% (0 p.p.)
- Vestuário: -0,20% (-0,01 p.p.)
- Transportes: -1% (-0,20 p.p.)
- Saúde e cuidados pessoais: 0,40% (0,05 p.p.)
- Despesas pessoais: 0,66% (0,07 p.p.)

- Educação: 0,46% (0,03 p.p.)
- Comunicação: -0,02% (0 p.p.)

O preço da energia elétrica residencial foi o subitem que mais puxou a prévia da inflação para baixo, recuando 6,25% (-0,26 p.p.). A explicação está no Bônus de Itaipu, desconto que consumidores receberam na conta de luz.

O grupo alimentação e bebidas (-0,57%) foi influenciado pela alimentação no domicílio, que ficou 0,97% mais barata.

VEJA OS ALIMENTOS QUE MAIS CAÍRAM DE PREÇO:

- tomate: -27,38%
- batata-inglesa: -25,14%
- cenoura: -17,05%
- café moído: -2,31%

QUEDA NA GASOLINA

A deflação no grupo transportes foi puxada principalmente pelo preço da passagem aérea, que recuou 13,30% no mês. Os combustíveis também contribuíram (-1,43%). Foram registradas quedas no etanol (-3,63%), na gasolina (-1,23%) e no óleo diesel (-0,71%).

O IPCA-15 tem basicamente a mesma metodologia do IPCA, a chamada inflação oficial, que serve de base para a política de meta de inflação do governo.



Calendário dos jogos das quartas da Série A1 foi definido pela entidade

CBF detalha jogos das quartas de final do Brasileirão Feminino A1

A CBF divulgou a tabela detalhada referente às quartas de final do Brasileirão Feminino A1 2026. Dois duelos no sábado (29) vão abrir esta fase do torneio: Grêmio x São Paulo, no Alfredo Jaconí, em Caxias do Sul (RS), e Flamengo x Ferroviária-SP, no Luso Brasileiro, no Rio. Ambos começarão às 16h30. O duelo de tricolores será transmitido por TV Globo e sportv; já Flamengo x Ferroviária, por TV Globo, sportv, TV Brasil, GE TV e UOL. Na segunda (31), às 19h15, o Cruzeiro receberá o Corinthians no Independência, em Minas, com transmissão do sportv. O Bahia encarará o Palmeiras às 21h30, na Fonte Nova, em Salvador, com transmissão de sportv, TV Brasil e N Sports. Para avançar à semifinal, as equipes se enfrentarão em jogos de ida e volta. As segundas partidas dos confrontos acontecerão entre os dias 4 e 7 de setembro.

Max Verstappen contra 100 pilotos de kart

Tetracampeão mundial de Fórmula 1, o piloto holandês Max Verstappen, da Red Bull Racing, vai enfrentar um desafio sem precedentes: ele correrá contra 100 pilotos de kart de uma só vez e precisará vencê-los. Realizado pela sua patrocinadora principal, o evento será realizado no Circuito de Silverstone, na Inglaterra, e está sendo vendido como a maior corrida de kart da história. A prova surfa na onda da internet, que promove cenários hipotéticos em que uma lenda do esporte enfrenta 100 atletas amadores e deve vencê-los.



Max vs 100 será realizado em Silverstone no dia 16 de setembro

Adversários não serão pilotos profissionais

A ideia desta etapa é fazer Max largar em último para tentar ultrapassar os outros 100 concorrentes até a linha de chegada. No entanto, em vez de pilotos profissionais, esse adversários serão atletas de outros esportes, como o ultramaratonista Arda Saatçi, o craque do basquete Chris Matthews e o ciclista Matt Jones. O grid também será composto por streamers, personalidades e fãs comuns de todas as partes do mundo, que serão escolhidos por meio de um sorteio especial realizado no site da Red Bull.

Transmissão na TV por assinatura e no streaming

Intitulado “Max vs 100”, o desafio será realizado no próximo dia 16 de setembro e terá transmissões da ESPN e do Disney+. Questionado sobre o que espera da prova, Verstappen respondeu com seu tradicional senso de humor: “Estou aqui para ver a carnificina se desenrolar diante de meus olhos”, brincou. Perguntado se terá condições de vencer, o holandês respondeu, aos risos, que “vai depender do nível dos adversários”.

Rafael Câmara I

De acordo com o portal italiano AutoRacer, o piloto brasileiro Rafael Câmara, da Fórmula 2, fez testes no Circuito de Mugello, autódromo pertencente à Ferrari, com o infame SF-25, o carro usado pela Scuderia na temporada passada da F1. Câmara fará testes com a Haas nesta semana para tentar o salto para a Fórmula 1 na temporada 2027.

Rafael Câmara II

O pernambucano é considerado uma das principais promessas do automobilismo e teria recebido indicação da própria Ferrari para fazer o teste pela vaga na Haas. Caso não seja contratado pela equipe americana, Câmara deve ser promovido a piloto reserva da própria Ferrari a partir de 2027. A Scuderia tem Lewis Hamilton e Charles Leclerc como titulares.

Montoro fica no Botafogo

O argentino Álvaro Montoro seguirá no Botafogo. Diante do bom desempenho do garoto de 19 anos, o Glorioso recebeu ofertas que chegavam à casa dos 20 milhões de euros. Porém, a diretoria entende que ele é parte importante da reconstrução do elenco, e chegou a um acordo para estender seu vínculo até 2030, dando uma boa valorização salarial ao rapaz.

Bruno Duarte

O atacante Bruno Duarte, de 30 anos, está a caminho do Vasco. O jogador já havia manifestado seu interesse de voltar ao Brasil para seu clube na Sérvia, o Estrela Vermelha. Bruno é centroavante e chegará ao Rio para fazer exames médicos antes de assinar. Para o contratá-lo, o Vasco desembolsará cerca de R\$ 12 milhões aos sérvios.

Independiente Del Valle

O Flamengo conheceu seu adversário para as quartas de final da Copa Libertadores: será o Independiente Del Valle, do Equador. Conhecidos como “matadores de gigantes”, os equatorianos jogam em Quito, com altitude superior a 2.800 metros acima do nível do mar. O jogo de ida acontecerá entre 8 e 10 de setembro. O da volta será entre 15 e 17 do mesmo mês.

De volta ao Fluminense

O Fluminense vai a Curitiba no domingo (30) para enfrentar o Athletico-PR. Além de Guga e Lucho Acosta, que retornam de suspensão, o Tricolor poderá contar ainda com a volta do zagueiro Freytes, que não joga desde 29 de julho, quando se lesionou no empate com o Bahia. Já Thiago Silva provavelmente será poupado por conta do gramado sintético.

Sócios pedem afastamento de vice do Flamengo

Envolvimento com a SAF do Santos é usado pelos sócios como motivo

Por **Alexandre Araújo** (Folhapress)

Integrantes de grupos políticos do Flamengo fizeram um requerimento para o afastamento de Marcos Motta, vice-presidente de Administração do clube. Uma das bases do pedido é a atuação de Motta “no mercado do futebol, SAFs e transferências”, e apontam para formação da SAF do Santos, que tem participação do escritório do dirigente.

Cita-se, como exemplo de movimentos recentes no mercado em que bancas do porte da do Representado atuam ativamente, a formatação da SAF do Santos Futebol Clube, que no início de agosto de 2026 (dias atrás) assinou termo de compromisso para a venda de seu controle, transações estas que contam com o assessoramento especializado do representado, em razão de expertise central oferecida publicamente pelo escritório em questão.

O pedido é para o afastamento e impedimento preventivo de Marcos Motta de todas as suas funções, assentos e cargos nos Conselhos. O documento pede a intimação de Motta para “esclarecer seus vínculos comerciais com outros clubes do Brasil e do mundo, apresentando inclusive os contratos”. Constam nas assinaturas os grupos FlaFut, NossoFla, PróFla, Sempre Flamengo, Sinergia, Vanguarda e Vencer.

Uma das justificativas é o conflito de interesse e uso de informações confidenciais. Alega-se que Motta “possui acesso irrestrito a informações estritamente confidenciais referentes a valores, orçamentos, limites salariais, teto financeiro, alvos prioritários no mercado” do Flamengo, e “o uso de tais dados sensíveis para balizar negociações do seu escritório prejudicará frontalmente o Flamengo em suas transações, retirando



Sócios citam atuação de Motta em SAF do Santos como conflito de interesse

nossa vantagem competitiva e inflacionando valores em prejuízo do patrimônio rubro-negro”.

A transferência do volante Zé Lucas para o Cruzeiro é citada no documento. O jogador, que estava no Sport, foi alvo do Flamengo nesta janela de transferência, mas acertou com o clube mineiro. É apontada uma publicação de 29 de julho “em que o escritório se vangloria de ter ‘assessorado a transferência do atleta Zé Lucas do Sport Club do Recife para o Cruzeiro Esporte Clube’, configurando atuação direta entre clubes concorrentes no próprio mercado nacional”.

Outras movimentações no mercado também são descritas. Além de transferências de jogadores, as assessorias ao Santa Cruz e ao Amazonas para transformação em SAF.

Os sócios lembram o caso do ex-presidente Rodolfo Landim. O documento ressalta que, após mudança na regra estatutária, Landim foi afastado por “figurar como sócio de uma empresa de consultoria (LG2) que prestava serviços opinativos - expressamente sem qualquer poder de deliberação ou gestão - à SAF da Associação Desportiva Confiança, um clube do Estado de Sergipe que nem sequer disputa a mesma divisão do Flamengo”.

Irã anuncia acordo para controlar estreito de Hormuz com Omã



Via seguirá travada até que detalhes sejam finalizados e EUA concordem

Por **Igor Gielow (Folhapress)**

O governo do Irã anunciou na quarta (26) ter chegado a um acordo com Omã para controlar o estreito de Hormuz, a estratégica via marítima por onde passava um quinto da produção mundial de petróleo e gás natural liquefeito antes da atual guerra no Oriente Médio.

Segundo o vice-chanceler Kazem Gharibabadi, o estreito permanecerá obstruído até que os detalhes do arranjo sejam finalizados, o que não ocorreu ainda. “A rota acertada é temporária”, afirmou à TV estatal iraniana após discussões com autoridades omanis em Teerã.

Adicionando dúvida sobre o anúncio, segundo a Guarda Revolucionária a medida só irá ser implementada quando os EUA concordarem com seus termos. “Nessas negociações, acordos foram alcançados acerca da fatia do Irã e de Omã nas águas e nas suas recei-

tas”, disse o porta-voz Hossein Mohebbi à mídia estatal.

Os Estados Unidos, que iniciaram a guerra ora congelada ao lado de Israel em 28 de fevereiro, já disseram se opor a qualquer solução para Hormuz que não passe por seu controle. Na semana passada, o presidente Donald Trump chegou a ameaçar bombardear Omã, um aliado americano, se a negociação com a teocracia prosperasse. Antes da guerra, o sultanato agia como principal mediador de conversas entre os rivais, e no conflito foi alvejado até aqui 70 vezes pela teocracia.

Com a guerra, o Irã buscou asseverar controle da região ameaçando e atacando petroleiros e outros navios. Deu certo: o trânsito caiu de até 140 embarcações diárias para um volume mínimo, com momentos de aumento durante as instáveis tréguas do conflito.

Em fevereiro, a média móvel de sete dias, uma conta que

Trump havia dito que bombardearia aliado árabe se negociação prosperasse

harmoniza eventuais picos ou disrupções, era de 95 navios. Na terça (25), segundo o monitor MarineTraffic, foram apenas 5, todos passando pelo corredor autorizado pelas águas iranianas, que pressupõe pagamento de pedágio.

Pelo que disse o porta-voz da Guarda, há a previsão de uma taxa sobre cargas transitadas, a exemplo do que o Egito cobra por controlar ambas as margens do vital canal de Suez, que liga o mar Vermelho ao Mediterrâneo, caminho mais curto ligando as exportações da China à Europa. Nenhum valor foi divulgado.

A disrupção afetou cadeias logísticas, com cerca de 6.000 marinheiros em navios fundeados no Golfo Pérsico desde então, e o preço do petróleo

hoje está 20% acima do valor cobrado em fevereiro, com impacto em dominó sobre várias economias.

Segundo Gharibabadi, o corredor temporário terá ao todo 11,3 km de largura e terá entrada e saída por águas territoriais do Irã.

O anúncio do Irã, que ainda não foi comentado pelo governo de Omã, ocorreu um dia depois de os EUA anunciarem sanções a 60 indivíduos e empresas ligadas à teocracia, e ameaçar punições secundárias a países que fazem negócios com Teerã.

A ameaça envolve principalmente a China, caso seja levada adiante. Pequim comprava quase 90% do petróleo iraniano antes do conflito, usando empresas de terceiros países, como a Malásia, para driblar o risco de sanções. O Brasil tem um comércio, ainda que de irrisórios US\$ 3 bilhões quase todos em seu favor no ano passado, com Teerã.

Nesta quarta, o presidente

iraniano, Masoud Pezeshkian, disse que “os EUA não vão conseguir nada com pressão econômica a essa altura, assim como foram incapazes de alcançar qualquer coisa com a guerra”, afirmou à agência Isna.

O Irã vive sob sanções ocidentais desde a Revolução Islâmica que tornou o país um regime teocrático, em 1979.

Em 2015, um acordo com EUA e outras potências levantou as punições em troca da promessa de que Teerã não buscaria a bomba atômica, mas a desconfiança de Trump sobre o arranjo o fez deixá-lo em 2018.

A anunciada guerra econômica de Trump para asfixiar o regime, portanto, é de efeito duvidoso até aqui.

Por ora, Trump ganha tempo. A guerra é impopular nos EUA e seu Partido Republicano poderá perder o controle das duas Casas do Congresso na eleição de meio de mandato em novembro.

Inundações entre Nepal e Tibete matam mais de 160

Inundações catastróficas na região do Himalaia entre o Nepal e o Tibete chinês mataram ao menos 160 pessoas na quarta-feira (26), segundo autoridades locais. Mais de 500 pessoas estão desaparecidas. Casas e estradas foram destruídas, pontes arrastadas pela correnteza e vilarejos inteiros ficaram submersos em lama.

A causa da enchente ainda não foi esclarecida, e a dimensão do desastre ainda é incerta. Informações preliminares indicam que um terremoto teria atingido a região e provocado uma avalanche de gelo e rochas, causando as inundações.

Segundo o órgão de turismo do Nepal, ao menos 500 pessoas estão desaparecidas, dos quais 341 estrangeiros. O grupo inclui 105 indianos, 12 britânicos e três americanos, além de cidadãos da Austrália, Holanda, Ma-

lásia e África do Sul. O primeiro-ministro do Nepal, Balendra Shah, afirmou que equipes da polícia e do Exército se uniram aos esforços de resgate.

Casas e estradas foram arrastadas pela no país. No Tibete, autoridades disseram temer “grandes perdas humanas”, depois que um deslizamento de terra atingiu o porto de Gyirong, na fronteira entre os dois países. Imagens captadas por câmeras de segurança mostram pessoas correndo segundos antes de a terra atingir o local, soterrando veículos e destruindo a estrutura.

No Nepal, helicópteros de resgate não conseguiram pousar nas áreas afetadas de Syapru Besi e Timure, no distrito montanhoso de Rasuwa, que tem cerca de 50 mil habitantes, porque que o rio Bhote Koshi transbordou.

O porta-voz do Exército nepalês, Raja Ram Basnet, disse que os helicópteros só poderão pousar no local quando o nível da água baixar.

Imagens exibidas na televisão mostraram casas destruídas em meio à enchente, carros à deriva e uma ponte metálica sendo levada pela correnteza. Testemunhas relataram à Reuters que a água engoliu vilarejos inteiros.

O administrador distrital (equivalente a prefeito) Narendra Pariyar pediu que moradores das margens do Bhote Koshi deixassem as áreas mais baixas e se deslocassem para locais mais altos.

“Há devastação para onde quer que a gente olhe”, disse à Reuters Tula Bahadur BK, agente de saúde em Rasuwa. Segundo ele, os povoados às margens do rio foram comple-

tamente destruídos, e cinco de seus próprios parentes estão desaparecidos.

As autoridades alertaram que uma segunda inundação pode ocorrer, pois um bloqueio ainda permanece em um trecho do rio Lhende Khola. Alertas de enchentes também foram emitidos nos estados indianos de Bihar e Uttar Pradesh, que fazem fronteira com o Nepal, já que vários rios descem do Himalaia em direção às planícies dessas regiões.

O deslizamento bloqueou estradas e cortou o fornecimento de energia na região. O porto de Gyirong fica situado às margens do rio Kyirong Tsangpo, a cerca de 1.850 metros de altitude, no fundo de um desfiladeiro do Himalaia.

O dirigente da China, Xi Jinping, pediu esforços totais nas buscas pelos desaparecidos,

além do reforço dos sistemas de monitoramento e alerta antecipado para evitar novos desastres.

O Ministério da Energia do Nepal informou que 430 megawatts do fornecimento de eletricidade do país foram afetados, a maior parte proveniente de usinas hidrelétricas -o equivalente a mais de 12% da capacidade hidrelétrica total do país, de 3,2 gigawatts, segundo cálculo da Reuters.

O desastre agrava os problemas do governo recém-eleito do Nepal e de seu primeiro-ministro de 36 anos, Balendra Shah, que chegou ao poder impulsionado por um movimento de protesto liderado por jovens no ano passado. O ministro da Educação, Sasmit Pokharel, afirmou que o país pediu ajuda a seus dois vizinhos, China e Índia, para reforçar as operações de resgate.

REUTERS/FOLHAPRESS



Presidente do sindicato comunicou o moviumento grevista

Governo Lula enfrenta greve na Eletronuclear

O governo Lula vai ter que encarar nesta reta final de campanha uma greve, por tempo indeterminado, na Eletronuclear, gestora das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3 - está última com as obras paradas. O comunicado sobre o movimento grevista foi feito à estatal federal pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Energia Elétrica dos Municípios de Angra dos Reis e Paraty (Stiepar), Cássio Lúcio Luiz Martins. Os empregados resolveram cruzar os braços, a partir das 0h do dia 1º de setembro, por conta do andamento das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Os serviços essenciais das usinas nucleares serão mantidos. O presidente do sindicato alega ainda que a paralisação é necessária para preservar a segurança nuclear e a integridade dos trabalhadores e da população.

Damare cobra governo sobre suspeita de fraude de R\$ 1,4 bi no Denocs

A senadora Damare Alves (Republicanos-DF) apresentou, nesta quarta-feira (26), um requerimento para que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) explique as falhas

que permitiram desvios no Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). O alvo do é o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. A cobrança ocorre dias após a Polícia Federal indiciar 25 pessoas por fraude e lavagem de dinheiro na autarquia. As obras e contratos investigados somam R\$ 1,4 bilhão e envolvem o uso de emendas parlamentares. Entre os indicados estão ex-diretores do órgão na Bahia.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Senadora quer saber se empresas continuaram recebendo pagamentos

Esclarecimentos

O objetivo de Damare é descobrir o que o governo fez desde o início da operação policial, no fim de 2024. O requerimento cobra que o ministério esclareça se os cofres públicos continuaram pagando normalmente as empresas e pessoas que já estavam sob investigação. “Esse novo estágio da apuração torna oportuno examinar não apenas as condutas individuais, mas também a resposta institucional da administração pública: quais mecanismos de controle falharam, quais alertas foram produzidos e quais providências foram adotadas pelo Dnocs”, questiona a senadora no documento.

Quer a conta do prejuízo

A parlamentar exige ainda que o governo apresente a conta do prejuízo. O ministério terá que detalhar os valores bloqueados, os pagamentos que foram suspensos e a quantia que a União efetivamente conseguiu recuperar. O pedido da senadora é baseado em documentos elaborados pelos próprios fiscais do governo. Relatórios de auditoria interna do Dnocs de 2025 já apontavam que o controle sobre o dinheiro público era ineficaz.

Expectativa

É grande a expectativa para a segunda etapa da licitação do transporte municipal por ônibus do Rio, marcada para esta sexta-feira. Além das disputas judiciais, um esclarecimento formal feito ontem pela Secretaria de Transportes no Diário Oficial do Município colocou mais lenha na fogueira em um processo que já vem apresentando fragilidades e inconsistências relevantes.

Sem Fundo Garantidor

A Prefeitura do Rio confirmou que não irá criar Fundo Garantidor, vincular receitas ou adotar qualquer outro mecanismo para assegurar os pagamentos às empresas pela prestação do serviço e demais obrigações financeiras do Município. Na prática, os recursos dependerão das dotações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). O ponto de atenção é que previsão orçamentária não significa, necessariamente, garantia de disponibilidade financeira e repasse tempestivo.

Segurança

Para empresas que terão de assumir investimentos e custos por dez anos, essa incerteza afeta a atratividade e a competição do leilão. E a discussão não é apenas empresarial, pois uma concessão dessa dimensão precisa oferecer segurança para garantir a sustentabilidade do serviço. Sem previsibilidade financeira, o risco é que a insegurança da modelagem acabe chegando justamente a quem não pode escolher outro caminho: o usuário do transporte público.

Neutralidade política

O Governo do Rio publicou, nesta quarta-feira (26), um decreto que estabelece aos servidores estaduais a neutralidade política nas eleições deste ano. A determinação, assinada pelo governador em exercício, desembargador Ricardo Couto de Castro, define regras claras para impedir a utilização direta ou indireta da estrutura administrativa para fins político-eleitorais.

Preservação do Estado

A medida reforça os mecanismos preventivos destinados a impedir que estruturas, recursos, informações, programas, eventos, servidores ou a própria autoridade institucional do Estado sejam utilizados, direta ou indiretamente, para favorecer ou prejudicar candidaturas, partidos políticos, federações ou quaisquer interesses eleitorais.

Punições disciplinares

O decreto ressalva, no entanto, o exercício individual dos direitos políticos, desde que em caráter estritamente pessoal, fora do horário de trabalho e sem uso de recursos públicos. A violação das regras poderá sujeitar os agentes a consequências administrativas e disciplinares.



IMAGEM CEDIDA AO CORREIO DA MANHÃ

Pistola de Bolsonaro foi apreendida em blitz

Defesa de Bolsonaro pede prazo sobre armas

Advogados pedem 90 dias para transferir titularidade

Por **Gabriela Gallo**

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) solicitou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) o prazo de 90 dias para transferir a titularidade das armas apreendidas pela Polícia Federal (PF) e, conseqüentemente, impedir que o armamento seja definitivamente incorporado, doado ou destruído.

O pedido foi entregue ao magistrado na noite desta terça-feira (25), um dia após a Procuradoria-Geral da República (PGR) determinar que as dez armas encontradas pela PF na casa de Jair Bolsonaro, em Brasília, sejam enviadas ao Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro.

As armas apreendidas estão sob a posse da PF, mas como a corporação alega que não cabe a ela definir a destinação do armamento do ex-presidente, a PGR determina que cabe ao Exército definir se as armas deveram ser destruídas ou doadas para órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas. No pedido encaminhado ao Supremo, os advogados de Jair Bolsonaro reiteram que não são contrários da destinação das armas ao Exército, porém, reforçam que a destinação não deve ser definitiva.

“Mostra-se necessário que seja preservado o prazo regulamentar para a definição da destinação dos bens, sem que o mero encaminhamento físico das armas ao Comando do Exército seja compreendido como transferência definitiva de titularidade, destruição ou doação”, defenderam os advogados de Bolsonaro.

Jair Bolsonaro cumpre prisão domiciliar após ser condenado pela Primeira Turma do STF a 37 anos e três meses de reclusão por tentativa de golpe de Estado. Antes ele cumpria pena na Papudinha, mas posteriormente foi transferido para prisão domiciliar em Brasília.

Em 15 de junho, um militar agente do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) foi parado em uma blitz no Distrito Federal com uma arma do ex-presidente Jair Bolsonaro. Questionado, o militar afirmou que levava a arma para reparo. Em depoimento para a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), o ex-presidente declarou que possuía armamento em casa para a proteção de sua família. Na época, os advogados de defesa argumentaram que ele não estava proibido de ter armas em casa, já que não havia restrição na decisão acerca da prisão domiciliar.

Em tempo de eleições, acordo entre Planalto e Congresso destrava cinco pautas

Taxa das blusinhas terá votação no esforço concentrado; 6x1 e Segurança Pública no calendário

Por **Beatriz Matos**

Uma reunião no Palácio da Alvorada reorganizou parte da agenda do Congresso na reta final antes das eleições. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), fecharam acordo para avançar cinco temas: taxa das blusinhas, escala 6x1, PEC da Segurança Pública, minerais críticos e Redata.

“Estou muito feliz com o resultado. É disso que o Brasil precisa para tratarmos de pautas que interessam à população brasileira. Vamos votar na semana que vem.”, afirmou o presidente da Câmara.

A medida mais urgente é a MP da Taxa das Blusinhas, que suspendeu a cobrança de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50.

O texto perde validade em 8 de setembro e terá de passar por comissão mista, Câmara e Senado durante o esforço concentrado da próxima semana.

“Essa medida provisória não vai caducar”, afirmou Alcolumbre. Segundo ele, a comissão deverá ser instalada na terça-feira (1) e, depois da análise pelo colegiado, o tex-



Lula, Motta e Alcolumbre acertaram destravamento da pauta

to seguirá aos plenários das duas Casas. “Nós vamos deliberar”, reforçou.

6X1 E SEGURANÇA PÚBLICA

As duas propostas de emenda à Constituição também ganharam um cronograma. Omar Aziz (PSD-AM), relator da PEC do fim da escala 6x1 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), prepara o parecer para análise na próxima semana. Ao Correio da Manhã, ele já havia confirmado que manterá integralmente o texto apro-

vado pela Câmara.

Na PEC da Segurança Pública, Rogério Carvalho (PT-SE) seguirá a mesma estratégia e também apresentará seu relatório para análise da CCJ.

Alcolumbre afirmou que as duas propostas merecem “o debate, o diálogo, a discussão e a deliberação”.

O presidente do Senado ainda destacou a PEC da Segurança como passo necessário para definir atribuições da União, estados e municípios. “A iniciativa de propor

uma PEC da Segurança que possa definitivamente esclarecer as atribuições dos entes subnacionais [...] era necessária”, disse.

AGENDA ECONÔMICA

Redata e minerais críticos completam o pacote. O primeiro cria incentivos para investimentos em centros de processamento de dados no Brasil. Davi Alcolumbre explicou que a proposta não avançou anteriormente no Senado porque chegou à Casa no último dia de validade da

medida provisória, sem tempo para alterações.

“A partir do seu apelo [do presidente Lula], nós vamos colocar essa matéria na pauta para deliberação na semana do esforço concentrado”, afirmou ao presidente.

Em relação aos minerais críticos, Davi Alcolumbre defendeu que o Senado analise a proposta aprovada pela Câmara diante do interesse estrangeiro sobre reservas brasileiras. Para Lula, a regulamentação é uma questão estratégica.

“Se a gente não regular e definir que essa é uma riqueza mineral, não é minha, não é de outra pessoa, não é individualmente de ninguém e de nenhum empresário, e muito menos de outro país”, afirmou Lula. “A possibilidade que nós temos de garimpar, tratar e produzir coisas importantes nesse país é uma coisa sagrada. Sagrada para o futuro do nosso país.”

O acordo também expõe a retomada do diálogo entre Planalto e Senado depois de meses de tensão. Alcolumbre fez questão de destacar a relação entre os três presidentes e disse que Câmara e Senado buscarão manter uma agenda de “diálogo, entendimento e conciliação”.

Justiça mantém vídeo contra Lulinha; Lula aciona TSE

Por **Beatriz Matos**

A disputa eleitoral entre aliados e adversários do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avançou para duas frentes na Justiça. Em São Paulo, a Justiça negou, por enquanto, o pedido de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, para retirar das redes sociais um vídeo publicado por Flávio Bolsonaro (PL) que o associa às fraudes no INSS. Paralelamente, a campanha de Lula acionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra falas de Ronaldo Caiado (PSD) e Renan Santos (Missão).

No caso de Lulinha, a juíza Alessandra Lopes Santana de Mello, da 41ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, entendeu que os documentos apresentados ainda não per-

mitem concluir pela falsidade do conteúdo divulgado por Flávio.

“A prova documental carreada à inicial não permite aferir, nesse momento, a inveracidade do conteúdo do vídeo”, afirmou. A magistrada também avaliou que faltam elementos suficientes sobre as investigações citadas para reconhecer, com segurança, a ilegalidade alegada.

O vídeo “Missão: Localizar Lulinha” foi produzido com inteligência artificial e apresenta o filho do presidente como “suspeito de ter roubado milhões de idosos no Brasil”. A defesa sustenta que, embora Lulinha tenha sido mencionado em investigação ligada à Operação Sem Desconto, não há imputação de participação direta dele

nas fraudes contra aposentados e pensionistas.

A Justiça também determinou que X e Facebook preservem dados de alcance, visualizações, compartilhamentos e eventual impulsionamento pago. O descumprimento pode gerar multa de R\$ 500 por dia, limitada a R\$ 20 mil.

Enquanto o filho tenta retirar conteúdo de Flávio na Justiça comum, a campanha de Lula apresentou duas representações ao TSE contra Caiado e Renan Santos por declarações feitas no debate presidencial da Band, do qual Lula não participou.

Contra Caiado, o PT contesta a acusação de que Lula estaria associado a um “Dark Lobby”. Na ação contra Renan, aponta seis falas consideradas ofensivas.



Justiça manteve o vídeo de Flávio Bolsonaro

REPRODUÇÃO/VÍDEO



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Lindbergh pede a Dino investigação contra Flávio Bolsonaro sobre hospitais federais

■ O deputado federal Lindbergh Farias (PT) pediu ao STF que investigue o senador Flávio Bolsonaro (PL) por suspeitas envolvendo o controle político de hospitais federais do Rio de Janeiro e irregularidades em contratações públicas. O petista cita auditorias segundo as quais possíveis sobrepreços em pregões do Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE) ultrapassam R\$ 93 milhões.

■ A notícia de fato foi encaminhada ao ministro Flávio Dino e pede que uma investigação já em andamento no STF seja ampliada. O objetivo é apurar se Flávio Bolsonaro exerceu influência sobre a nomeação de gestores de seis hospitais e três institutos federais do Rio entre 2019 e 2022 e se essas indicações tiveram relação com problemas posteriormente identificadas em contratos.

■ Lindbergh ressalta no documento que não imputa diretamente a prática de crimes ao senador. Segundo o deputado, o objetivo é investigar uma possível ligação entre o controle político das nomeações e irregularidades encontradas

em contratações analisadas pela CPI da Pandemia, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

■ Entre os elementos apresentados estão auditorias da CGU no Hospital dos Servidores. Em um pregão de 2021 para medicamentos oncológicos, estimado em R\$ 31,38 milhões, o órgão apontou possível sobrepreço de R\$ 18,1 milhões em apenas 11 itens analisados. Outro pregão do mesmo ano apresentou possível sobrepreço de R\$ 6,2 milhões.

■ Em uma contratação de 2022, estimada em R\$ 120,9 milhões, a CGU identificou preços de referência superdimensionados em aproximadamente R\$ 69 milhões. Após a intervenção, a estimativa do pregão caiu para R\$ 53,3 milhões.

■ O documento também recuperou uma declaração do deputado federal Otoni de Paula (MDB), feita em março deste ano. Na ocasião, o parlamentar afirmou que a estrutura de poder e de indicação política nos hospitais federais fluminenses, assim como

a definição das empresas que participariam das licitações, estaria concentrada em um grupo “cujo cabeça é o senador Flávio Bolsonaro”.

■ A representação menciona ainda o depoimento do ex-governador Wilson Witzel à CPI da Pandemia, em 2021. Witzel afirmou que os hospitais federais do Rio eram “intocáveis” e “tinham dono”. Flávio Bolsonaro negou ter indicado pessoas para cargos nos hospitais federais e afirmou desconhecer os nomes dos diretores das unidades.

CPI DA PANDEMIA

■ A CPI da Pandemia chegou a investigar a hipótese de controle político sobre a nomeação de dirigentes dos hospitais. Ao analisar contratos de 37 empresas, a comissão registrou indícios de conluio entre concorrentes, dispensas de licitação e sucessivos aditivos contratuais.

■ A CPI, no entanto, afirmou não ter tido tempo de concluir essa frente de investigação e não indiciou Flávio pe-



Lindbergh pediu investigação contra Flávio por suspeitas de irregularidades em contratações no RJ

los fatos. Uma apuração do Ministério Público Federal no Rio sobre contratos chegou a ser aberta e posteriormente arquivada, em agosto de 2024.

■ Segundo a representação de Lindbergh, porém, o procedimento não apurou se Flávio Bolsonaro exercia controle político sobre as nomeações. O deputado também sustenta que novos documentos de órgãos de controle foram produzidos após o arquivamento.

■ Lindbergh pede que Dino determine a ampliação do inquérito instaurado em 2025 para incluir as suspeitas relacionadas aos hospitais. Caso o ministro entenda que os fatos não cabem na investigação atual, o deputado solicita a abertura de um novo inquérito.

Lula tem 39% e Flávio Bolsonaro, 34%, aponta pesquisa Indexa

■ O presidente Lula (PT) tem 39% das intenções de voto na disputa pela Presidência, contra 34% de Flávio Bolsonaro (PL), segundo pesquisa Indexa/Broadcast. A diferença entre os dois caiu pela metade desde julho, de dez para cinco pontos percentuais.

■ No levantamento anterior, Lula aparecia com 41%, enquanto Flávio tinha 31%. Em junho, o petista registrava 43%, contra 32% do senador.

■ Ronaldo Caiado (PSD) aparece agora com 5%, Renan Santos (Missão), com 4%, e Romeu Zema (Novo), com 1%. Outros candidatos somam 1%. Indecisos são 6%, brancos e nulos, 6%, e 4% afirmam que não votariam.

■ Em um segundo cenário, com Pablo Marçal (PRTB), Lula mantém 39%, enquanto Flávio registra 32%. Caiado tem 5%, Renan Santos, 4%, Marçal, 2%, e Zema, 1%. Marçal está com os direitos políticos cassados por oito anos.

■ Os recortes mostram diferenças nas bases eleitorais dos dois principais candidatos. Lula tem sua maior vantagem no Nordeste, onde registra 54%, contra 26% de Flávio. O presidente também lidera no Norte, por 42% a 36%.

■ Flávio, por outro lado, aparece à frente no Sul, com 42%, contra 29% de Lula. O senador também lidera numericamente no Sudeste, por 36% a 33%, e no Centro-Oeste, por 37% a 31%.

■ Entre as mulheres, Lula registra 44%, contra 28% de Flávio. Entre os homens, o cenário se inverte: o senador tem 39%, ante 34% do presidente.

■ A pesquisa ouviu 2 mil eleitores entre 20 e 23 de agosto, por meio de entrevistas por telefone. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Moraes autoriza Flávio e Carlos Bolsonaro a visitarem Filipe Martins na prisão

■ O ministro Alexandre de Moraes (STF) autorizou Flávio e Carlos Bolsonaro a visitarem Filipe Martins, ex-assessor especial de Jair Bolsonaro, na Cadeia Pública de Ponta Grossa, no Paraná. Carlos poderá encontrar Martins no próximo domingo (30), das 13h às 14h30. Já a visita de Flávio está marcada

para 5 de setembro, um sábado, no mesmo horário.

■ A decisão foi assinada por Moraes nesta terça-feira (25), após pedidos apresentados pela defesa de Filipe Martins. O ministro determinou que uma nova autorização seja solicitada ao STF a cada ingresso dos visitantes na unidade prisional.

■ Martins cumpre pena após ter sido condenado a 21 anos de prisão na ação penal que apurou a trama golpista. Segundo a decisão, ele havia cumprido 426 dias de pena até segunda-feira (25).

■ Moraes determinou o início do cumprimento da pena em regime fechado em 23 de abril

deste ano. Filipe Martins está atualmente recolhido na Cadeia Pública de Ponta Grossa.

■ Além dos filhos de Jair Bolsonaro, Moraes autorizou visitas de Barbara Destefani, em 29 de agosto, e Ricardo Arruda, em 6 de setembro. Todos os encontros terão duração prevista de uma hora e meia.

Talíria Petrone propõe CPI do ‘Agronejo’ para investigar cachês milionários de sertanejos

■ A deputada federal Talíria Petrone (PSOL) anunciou nesta quarta-feira (26) que vai propor a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o pagamento de cachês milionários a artistas sertanejos com recursos públicos de municípios. Batizada pela parlamentar de “CPI do Agronejo”, a iniciativa mira principalmente contratos

firmados por cidades de pequeno porte.

■ Segundo Talíria, a CPI deverá investigar a origem dos recursos usados para bancar grandes apresentações e apurar se houve irregularidades na destinação de verbas públicas. A deputada também quer verificar a transparência das contratações e a eventual participação do setor do agronegócio no

financiamento de shows.

■ “Estou propondo, hoje, a CPI do Agronejo, para investigarmos a fundo esses esquemas de cachês milionários oriundos de cidades pequenas a artistas do sertanejo. Em alguns casos, os cachês são maiores do que o orçamento destinado à saúde e à educação dessas cidades”, afirmou.

■ A parlamentar não detalhou, no anúncio, quais contratos ou municípios estariam entre os casos que pretende investigar.

■ Talíria sustenta ainda que a comissão deverá apurar se recursos públicos ligados ao agronegócio foram utilizados para impulsionar artistas sertanejos.

PINGA-FOGO

■ **FLÁVIO ABRE VANTAGEM SOBRE LULA NO RIO** - Primeira pesquisa do Instituto Prefab Future após o início da campanha, encomendada pelo jornal Diário do Rio e registrada no Tribunal Superior Eleitoral sob o nº RJ-04605/2026, mostra Flávio Bolsonaro (PL) abrindo vantagem sobre Lula (PT) no Rio, berço político do bolsonarismo. O senador aparece com 35,1%, contra 32,3% do presidente. Em julho, estavam praticamente empatados: 31,4% a 31%.

■ O movimento chama atenção também pela rejeição. Enquanto 44,4% dizem que jamais votariam em Lula, a resistência a Flávio caiu de 34,8% para 31,9%. A avaliação do governo federal também pesa: 57,2% dos fluminenses reprovam a gestão Lula, ante 32,3% que aprovam. Mas há um enorme contingente ainda em disputa: os indecisos saltaram de 14,1% para 21%.

■ **GOVERNO DO RIO - A Prefab mostra Eduardo Paes (PSD) ainda estagnado na comparação com os 3 levantamentos anteriores.** No final de julho, Paes tinha 34,5% e agora tem 34,9%. Douglas Ruas (PL) tinha 10,9% e subiu para 14,7%, e Garotinho (Republicanos) caiu de 10,8% para 9,5%. A nova pesquisa mostra ainda que subiu de novo a rejeição ao ex-governador Anthony Garotinho, na comparação com as pesquisas anteriores. Foi a 30,3%, contra 26,8%, no final de julho e 20,9%, no início do mês passado. O ex-governador é seguido pelo ex-prefeito Eduardo Paes, com 17,3%, de rejeição contra 16,8% na pesquisa anterior e 15,6% na amostragem do início de julho.

■ **SENADO** - Na disputa ao Senado, o Instituto Prefab Future apontou, agora em agosto, que Benedita da Silva (PT) continua liderando a disputa (15,2%), mas registra pequeno descenso, na comparação com a pesquisa de julho (16,1%). O segundo colocado, Marcelo Crivella também recuou de 10,6% para 10,1%. O número de indecisos sobe e vai a 48,6%, diante de um cardápio de candidatos que já soma 16 nomes. O eleitor responde à pesquisa marcando dois votos para o Senado.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@columamagnavita

Presidente do STM debate os 20 anos da Lei Maria da Penha na OAB-RJ

Ministra defendeu que casos de violência doméstica envolvendo militares devem ser tratados pela justiça comum

FOTOS FLÁVIA FREITAS/OAB-RJ



Debate aconteceu durante evento realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB-RJ



Ana Tereza Basilio, presidente da OAB-RJ, com a presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministra Maria Elizabeth Rocha, e o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária, da OAB-RJ, Sidney Guerra

A presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministra Maria Elizabeth Rocha, afirmou nesta segunda-feira (24/8) que os crimes de violência doméstica envolvendo militares em nível federal devem ser tratados pela justiça comum, e não pela especializada, como é o caso do STM. A fala aconteceu durante um evento realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB-RJ, que debateu os 20 anos de Lei Maria da Penha, na Escola Superior da Advocacia.

“O fato de as mulheres integrarem as Forças Armadas não impede que elas sejam vítimas de agressão cometidas por companheiros no recinto do lar. Consciente dessa realidade, tenho defendido que o foro adequado para este tipo de crime seja a vara de violência doméstica, que dá à mulher uma série de garantias que nós, na Justiça Militar, não podemos dar, exatamente por sermos um foro eminentemente crimi-

nal. Nós não podemos, por exemplo, aplicar medidas protetivas porque são medidas de natureza cível”, explicou a magistrada. A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, ressaltou a participação da ministra no evento realizado pela entidade: “É uma honra enorme receber a ministra Maria Elizabeth na OAB-RJ, uma grande liderança feminina, defensora dos Direitos Humanos, e que nos orgulha muito, especialmente para tratar de um tema tão importante para a nossa sociedade, como é a violência doméstica”.

Também participaram do evento o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária, da OAB-RJ, Sidney Guerra, e o tesoureiro Fábio Nogueira. Na ocasião, foram lançados dois livros, ‘20 anos da Lei Maria da Penha: da Conquista Normativa aos Desafios da Efetividade’, uma obra coletiva escrita por mulheres; e ‘Curso de Direitos Humanos’, que tem Guerra como autor.

Autoridades prestigiam posse de Benedito Gonçalves no CNJ - Parte II

FOTOS RÔMULO SERPA/CNJ



O novo corregedor nacional de justiça, Benedito Gonçalves, com a esposa Santina, e o casal Cesar Netto e Angela Costa, ex-presidente da ACRJ



O reitor do Santuário Cristo Redentor, padre Omar, junto ao diretor do Instituto Inovare, Antonio Claudio Ferreira Netto, prestigiaram a solenidade



O diretor da Med-Rio Check-up, Gilberto Ururahy; o advogado Luiz Felipe Conde; e a desembargadora do TJRJ Maria Regina Nova, com o ministro Benedito Gonçalves e Santina

■ **CAIADO NA ACRJ** - Ronaldo Caiado, candidato do PSD à Presidência da República, participa nesta sexta-feira (28) do encontro “Rio pelo Brasil – Encontro com Presidênciaáveis 2026”, promovido pela Fecomércio RJ, Firjan e Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). A agenda será em formato de entrevista individual com os candidatos ao Palácio do Planalto.

■ O encontro com Caiado está marcado para as 9h30, no Au-

ditório da ACRJ, na Rua Candelária, 9, 14º andar, no Centro do Rio. A iniciativa é apresentada pelas entidades como um espaço de diálogo sobre o país e de encontro com os presidenciaáveis.

■ **OFERTA DE VOOS NO RIO** - Um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Empresas Aéreas (ABEAR) sobre o planejamento operacional das companhias aéreas para 2026 indica que o Estado do Rio de

Janeiro terá crescimento de 6,3% na oferta de voos em relação a 2025, percentual superior à média nacional, projetada em 4,2%.

■ De acordo com a ABEAR, a expectativa é de aproximadamente 250 voos diários no Estado do Rio de Janeiro, sendo 202 operações domésticas e 49 internacionais. A malha internacional deve apresentar maior ritmo de expansão, com crescimento de 13,2% na oferta de voos em relação a 2025, patamar superior

ao observado para o mercado doméstico nacional. Com isso, o Rio de Janeiro deve concentrar cerca de 22% de toda a oferta internacional planejada para o país em 2026.

■ **INTERNACIONAIS** - Os voos internacionais também devem ganhar peso proporcional na malha aérea fluminense: a participação chega a 19,5% do total de operações no Estado, mais que o dobro da média nacional, de 9,2%.

Uso de satélite, válvulas inteligentes e sistemas de monitoramento reforça a oferta de água em áreas vulneráveis

Da Redação

Três anos de abastecimento para uma cidade de 1,1 milhão de habitantes: esse é o volume de água tratada que deixou de ser desperdiçado no Rio de Janeiro. Ao identificar e reduzir vazamentos em tubulações há décadas sem manutenção, a Águas do Rio recuperou 301 bilhões de litros que antes eram produzidos, mas se perdiam pelo caminho. Para enfrentar um dos gargalos históricos do saneamento, a concessionária combinou satélite, inteligência artificial e equipamentos automatizados espalhados pela rede.

A estratégia vem revertendo um cenário crítico herdado no fim de 2021, quando a empresa da Aegea assumiu a operação de 26 municípios e 124 bairros cariocas com um índice de perdas de água tratada de 65%. Uma das ferramentas utilizadas funciona como uma espécie de “visão de raio-x” da rede: um satélite de alta precisão analisa 17 mil quilômetros de tubulações e identifica vazamentos ocultos sob o asfalto. Só em 2025, o recurso permitiu recuperar 21,8 bilhões de litros.

Em paralelo ao monitoramento por satélite, a concessionária instalou 200 válvulas inteligentes em diferentes pontos da rede de distribuição. Os equipamentos ajustam automaticamente a pressão conforme a demanda de cada região, reduzindo a sobrecarga nas tubulações e, consequentemente, o risco de vazamentos.

MONITORAMENTO EM TEMPO REAL

Todo o complexo sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário da área atendida pela Águas do Rio é acompanhado em tempo real pelo Centro de Operações Integradas (COI), no Centro do Rio. Em funcionamento 24 horas por dia, o centro controla, de forma automatizada, 1,5 mil unidades, entre elevatórias, sistemas de bombeamento, estações de tratamento de



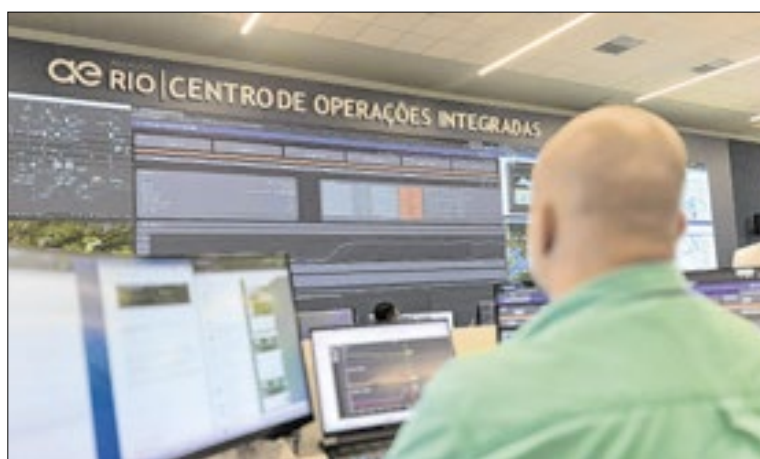
No Centro de Operações Integradas da Águas do Rio, profissionais analisam milhares de variáveis em tempo real para monitorar a rede

Tecnologia evita desperdício de bilhões de litros de água tratada no estado do Rio



A modernização das redes e o combate ao desperdício reduzem a pressão sobre os mananciais, ajudando a preservar os rios e o ecossistema da região

Profissionais acompanham continuamente telas de telemetria e indicadores que garantem a precisão e a agilidade na distribuição de água no Centro de Operações Integradas



esgoto e reservatórios de água. São mais de 75 mil informações analisadas em tempo real, o que permite identificar alterações rapidamente e agilizar a resposta às ocorrências.

Segundo Sinval Andrade, diretor institucional da concessionária, a tecnologia tem sido uma aliada para enfrentar a perda de água, um dos maiores desafios do setor.

“Estamos operando um ecossistema de inovação que devolve ao sistema uma quantidade de água equivalente ao consumo de uma metrópole de 1,1 milhão de pessoas, população superior à de mais de 90% dos municípios brasileiros. É o uso de tecnologia e dados fazendo com que a água que antes se perdia pelo caminho chegue, finalmente, à casa de quem mais precisa. E, ao fazermos isso, diminuímos drasticamente a pressão sobre mananciais e rios, preservando a natureza em tempos de mudanças climáticas severas”, destaca Sinval Andrade.

As ações fazem parte dos R\$6,4 bilhões já investidos pela Águas do Rio na expansão e modernização do saneamento, incluindo 1,9 mil quilômetros de redes de água instaladas ou substituídas. O objetivo é avançar nas metas do Marco Legal do Saneamento, de alcançar, até 2033, 99% de cobertura de água tratada e 90% de coleta e tratamento de esgoto na área de concessão.

Após surto de Sarampo, Estado mantém campanhas de vacinação nos 645 municípios

Campanha de Multivacinação também oferece vacina contra outras doenças, como Influenza e Covid

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Equipe da unidade analisa o histórico de cada criança ou adolescente e verifica quais doses previstas para a respectiva faixa etária precisam ser administradas.

Da Redação

São Paulo mantém até 1º de setembro a Campanha de Multivacinação nos 645 municípios, destinada à atualização da caderneta de crianças e adolescentes menores de 15 anos. Na capital, em Guarulhos e São Bernardo do Campo, a vacinação contra o sarampo foi ampliada para pessoas de 6 meses a 59 anos.

No Dia D da campanha, realizado no sábado (22), foram aplicadas mais de 600 mil doses de diferentes vacinas no estado, segundo dados preliminares do Centro

de Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo (CVE-SP).

Pais e responsáveis por menores de 15 anos podem procurar uma unidade de saúde, preferencialmente com a caderneta. As equipes verificam as doses já administradas e identificam pendências de acordo com a idade. Os imunizantes previstos no calendário são oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A mobilização ocorre enquanto o estado registra casos de sarampo. O CVE-SP confirmou 23 ocorrências: 20 em moradores da cidade de São Paulo,

duas em São Bernardo do Campo e uma em Guarulhos. Crianças menores de 2 anos foram o grupo mais atingido.

Nos três municípios, pessoas de 6 meses a 59 anos podem receber uma dose contra o sarampo independentemente do histórico vacinal, após avaliação dos profissionais de saúde.

Para crianças de 6 meses a 11 meses e 29 dias, é aplicada a chamada “dose zero”. Ela não substitui o esquema previsto no calendário. A primeira dose regular deve ser administrada aos 12 meses e a segunda aos 15 meses, preferencialmente com a vacina tetraviral.

COBERTURA CONTRA O SARAMPO

Dados da Secretaria de Estado da Saúde mostram que a cobertura da primeira dose da tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, passou de 78,4% em 2022 para 90,8% em 2023. Em 2024, chegou a 99,4% e, no ano passado, ficou em 94,2%.

Na segunda dose, o índice passou de 65,1% em 2022 para 77% em 2023 e 88% em 2024. Em 2025, a cobertura registrada foi de 84,5%.

A doença é transmitida de pessoa para pessoa por secreções liberadas ao falar, tossir, espirrar ou respirar. O

acompanhamento de pessoas que tiveram contato com pacientes faz parte das medidas adotadas após a identificação dos casos.

Além da vacinação, o CVE-SP realiza investigação das ocorrências, monitoramento de contatos, busca de possíveis casos e orientação aos serviços de saúde. Todo caso suspeito deve ser notificado, isolado e investigado sem a necessidade de aguardar a confirmação por exame laboratorial.

Entre os sintomas do sarampo estão febre, manchas vermelhas pelo corpo, tosse, coriza e conjuntivite. Pessoas que apresentarem esses sinais devem procurar atendimento e informar aos profissionais de saúde se fizeram viagens recentes ou tiveram contato com alguém que apresentou sintomas semelhantes.

A Campanha de Multivacinação abrange as vacinas previstas para crianças e adolescentes menores de 15 anos. A equipe da unidade analisa o histórico de cada pessoa e verifica quais doses correspondentes à faixa etária ainda precisam ser administradas.

Os horários e pontos de atendimento variam conforme o município e devem ser consultados nas redes locais de saúde. A Secretaria da Saúde também disponibiliza informações no portal Vacina 100.

Casa Civil prevê R\$ 154,6 milhões em contratações

GOVERNO DE SP

Da Redação

O Plano de Contratações Anual (PCA) de 2027 da Casa Civil do Estado de São Paulo prevê R\$ 154,6 milhões em futuras contratações. O documento reúne 119 itens, distribuídos em 36 processos, e inclui despesas da pasta e do Fundo Social de São Paulo.

O PCA é um instrumento de planejamento no qual órgãos públicos registram as compras e os serviços que pretendem contratar no futuro. A publicação do documento, que se tornou obrigatória pela Nova Lei de Licitações e Contratos, pode informar objeto, quantidade, valor estimado e data prevista. A inclusão de uma despe-

sa no plano não significa que o recurso já foi gasto ou que o contrato foi assinado.

A Casa Civil serve para assessorar diretamente o governador na coordenação, planejamento e integração de todas as ações do governo.

Do total previsto para 2027, R\$ 124,8 milhões estão relacionados ao Fundo Social e R\$ 29,7 milhões à Casa Civil. A maior contratação planejada é de R\$ 81,7 milhões para aquisição de cestas básicas destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade. O valor corresponde a 52,9% do total do plano.

Outra previsão do Fundo Social envolve R\$ 37,8 milhões para cursos de qualificação das escolas do órgão e



Parte da estrutura da Casa Civil fica instalada no Palácio dos Bandeirantes

de funcionários. O PCA registra 4,4 mil unidades de cursos profissionalizantes, com valor unitário estimado em R\$ 8,5 mil. A contratação está prevista para julho de 2027.

Na Casa Civil, o maior valor é de R\$ 6 milhões para serviços de reprografia. Também estão previstos R\$ 5,3 milhões para circuito fechado de televisão dos palácios estaduais.

Os serviços de limpeza somam R\$ 8,4 milhões, sendo R\$ 4,9 milhões para o Palácio dos Bandeirantes e R\$ 3,4 milhões para o Palácio Boa Vista. O plano ainda relaciona R\$ 3,6 milhões para alimentação de servidores, R\$ 1,5 milhão para computadores e R\$ 1,3 milhão para materiais de higiene.

Campanha contra violência chega aos estádios

Filme da Prefeitura exibido no jogo Palmeiras x Santos nesta quarta-feira

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo começou a levar aos estádios da capital uma campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres. A iniciativa teve início nesta quarta-feira (26), durante a partida entre Palmeiras e Santos, pela Copa do Brasil, com a exibição de um filme institucional produzido para chamar a atenção para a relação entre jogos de futebol e registros de agressões contra mulheres.

Segundo o material divulgado pela Prefeitura, dados de um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam aumento de 30% nos casos de violência contra mulheres em dias de partidas de futebol. A campanha utiliza o dado para abordar a responsabilidade da sociedade diante da violência de gênero.

O filme apresenta a mensagem de que “homem que bate em mulher é covarde” e também responsabiliza pessoas

que presenciam situações de violência e não interferem ou buscam ajuda. A proposta é utilizar os espaços de grande circulação nos estádios para ampliar a divulgação de informações sobre prevenção, acolhimento e proteção.

O prefeito Ricardo Nunes afirmou que a veiculação da campanha durante as partidas tem objetivo educativo e pretende contribuir para a conscientização do público sobre o problema. Segundo ele, a iniciativa busca chamar a atenção para os dados registrados em dias de jogos e estimular a redução dos casos de violência contra mulheres.

O dado utilizado na campanha integra a segunda edição do estudo “Futebol e Violência contra a Mulher”, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A pesquisa analisou o período entre 2023 e 2025 e cruzou registros policiais com tabelas de partidas de futebol de clubes da Bahia, RJ, SP, MG e RS.



Estádio Nubank
Parque, local do jogo entre Palmeiras e Santos pela Copa do Brasil

A campanha foi apresentada durante o VII Seminário de Enfrentamento à Violência Doméstica da Prefeitura de São Paulo, realizado nesta terça-feira (25) e quarta-feira (26). Além de abordar a ocorrência de violência em dias de jogos, a iniciativa apresenta informações sobre os serviços municipais destinados ao atendimento de mulheres em situação de violência.

A rede municipal reúne serviços de diferentes áreas e atua em ações de prevenção, acolhimento, orientação e proteção. Entre os atendimentos estão o acompanhamento de mulheres que possuem medidas protetivas e o encaminhamento para serviços especializados. A Prefeitura

ra também mantém Unidades Móveis, que levam atendimento e orientação a regiões onde não há equipamentos fixos de atendimento.

Outro ponto apresentado pela campanha é a autonomia econômica das mulheres. A Prefeitura afirma que o acesso a renda e a condições de independência financeira faz parte das estratégias de proteção e de redução da vulnerabilidade diante de situações de violência.

A iniciativa reforça que mulheres em situação de violência podem recorrer aos serviços públicos disponíveis na capital. Em casos de emergência ou risco imediato, os contatos indicados são o 153, da Guarda Civil Metropolitana,

na, e o 190, da Polícia Militar.

A Casa da Mulher Brasileira também oferece acolhimento e orientação durante 24 horas. O atendimento pode ser solicitado pelo telefone (11) 3275-8000 ou pelo e-mail cmb@prefeitura.sp.gov.br.

Também estão disponíveis os serviços da Inspeção de Defesa da Mulher e Ações Sociais (IDMAS), pelo e-mail gcmidmas@prefeitura.sp.gov.br, e da Central de Atendimento à Mulher, pelo telefone 180. O número 156 pode ser utilizado para informações sobre serviços municipais.

A campanha será levada a outros estádios de futebol da cidade, como espaço para divulgar informações sobre violência contra mulheres.

Prefeitura abre consulta sobre PPP para 95 escolas

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo já abriu consulta pública para uma Parceria Público-Privada (PPP) destinada à requalificação da infraestrutura de 95 escolas municipais da Diretoria Regional de Educação (DRE) de São Mateus, na zona leste. O projeto prevê investimentos superiores a R\$ 940 milhões e pode beneficiar mais de 50 mil estudantes.

PROPOSTA

A proposta estabelece contrato com duração prevista de 20 anos. Nesse período, a futura concessionária deverá assumir a manutenção da infraestrutura e a execução de serviços não pedagógicos nas unidades. Entre as atividades previstas estão limpeza, vigilância, conservação de áreas

verdes, gestão de resíduos sólidos, controle de pragas e gestão de utilidades.

As atividades pedagógicas continuarão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (SME), que também permanecerá encarregada da alimentação escolar. A concessionária ficará responsável pelos serviços de apoio e pela conservação dos espaços.

As intervenções nas escolas incluem adequações às normas de acessibilidade, segurança e desempenho. Segundo a Prefeitura, a proposta busca recuperar a infraestrutura das unidades e melhorar as condições de uso dos espaços por estudantes, professores e demais integrantes da comunidade escolar.

O projeto também prevê a implantação de quatro



A proposta estabelece contrato com duração prevista de 20 anos. Prefeitura de São Paulo

mini Centros Educacionais Unificados (MiniCEUs), com atividades de cultura, lazer e esporte. As estruturas seriam instaladas nas EMEFs José Maria Whitaker, Cláudio Manoel da Costa e Armando de

Salles Oliveira, além da EME-FM Rubens Paiva.

A consulta pública é conduzida pela Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias (SEDP). O objetivo é receber sugestões de mora-

dores, especialistas, empresas e demais interessados para contribuir com o aperfeiçoamento da modelagem da PPP antes da futura licitação.

PARTICIPAÇÕES

As contribuições podem ser enviadas até 21 de setembro. Para participar, é necessário utilizar o “Modelo para Contribuições à Consulta Pública” e encaminhar o documento ao e-mail sgmparcerias@prefeitura.sp.gov.br.

A Prefeitura de São Paulo realizará uma audiência pública virtual sobre o projeto no dia 9 de setembro, às 10h. Os interessados em participar devem fazer inscrição previamente. A minuta do edital e os demais documentos da consulta estão disponíveis no site da Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias.



Vereadores de São Bernardo deram aval por propositoras

São Bernardo aprova Leis para mudanças em nova sessão

Na sessão desta quarta-feira (26), os vereadores de São Bernardo do Campo deram aval, por Acordo de Lideranças, a oito propositoras. Entre elas está o projeto que prevê isenção de taxas de inscrição em concursos públicos, processos seletivos municipais e vestibulares para mulheres doadoras de leite materno. Também foi aprovado o projeto que institui a comemoração do Dia do Trabalhador por Aplicativo e uma proposta que altera o local de sessão solene do Dia do Flashback. Os vereadores também aprovaram moções de congratulação às Irmãs Palotinas, pelos 90 anos de atuação na cidade, à Rebal, pelos 55 anos, e a dois guardas civis municipais pelo reconhecimento a um ato de bravura. Foi ainda comunicado ao Plenário requerimento de pesar pela morte de dois irmãos, de 14 e 17 anos.

Itapevi debate melhorias para a cidade

A Câmara Municipal de Itapevi aprovou, na sessão desta terça-feira (25), requerimentos e indicações voltados a esporte, educação, cultura, juventude, mobilidade, meio ambiente e segurança. Entre as propostas estão campeonatos de skate e handebol, Semana Municipal do Esporte e Movimento, Centro de Ginásticas e Cartão Jovem para estudantes. Também foram discutidas a criação de mostra de teatro estudantil, cursos para agentes da Guarda Municipal e ampliação dos pontos de coleta do Cata-Bagulho.

CUNHA JÚNIOR - COMUNICAÇÃO DE ITAPEVI



Câmara Municipal avança em propostas em diversas áreas

Arujá aprova combate ao bullying

A Câmara de Arujá aprovou projetos voltados à proteção de crianças e adolescentes durante a 68ª Sessão Ordinária realizada nesta semana. Em segunda votação, foi aprovado o PL nº 152/2026, do vereador Professor Danilo, que cria o “Dia Pedro Luis Badega Dias Salum de Conscientização contra a Violência, o Bullying e o Capacitismo no Ambiente Escolar”, celebrado em 21 de julho. A proposta busca ampliar o debate sobre inclusão, respeito e combate à violência contra estudantes com deficiência.

Câmara aprova mobilização contra abuso

Também foi aprovado, em primeira votação, o PL nº 153/2026, da vereadora Profª Cris (PSD), que cria a Caminhada Maio Laranja de Conscientização, Prevenção e Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A iniciativa será incluída no calendário oficial e poderá ocorrer em maio. A sessão ainda teve 48 indicações ao Executivo, 20 requerimentos e três novos projetos de lei.

Mogi das Cruzes

A Câmara de Mogi das Cruzes aprovou um Projeto de Lei, que cria o programa “Terça do Desconto 60+”. A iniciativa prevê descontos em comércios e serviços para pessoas com 60 anos ou mais às terças-feiras. O município poderá fazer divulgação aos comércios participantes, além de estimular inclusão e convivência social.

Mauá

A Prefeitura de Mauá abriu um inquérito para cadastrar entidades sem fins lucrativos no Programa Banco de Alimentos. As organizações devem apresentar a documentação até 10 de setembro na Secretaria de Segurança Alimentar. O programa busca distribuir alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade e ações contra o desperdício.

Guararema

A Prefeitura de Guararema promove o Agosto Infante, com atividades gratuitas para crianças e suas famílias. A programação reúne ações lúdicas, culturais e educativas, com oficinas de pintura, literatura, artesanato, esportes e brincadeiras. A iniciativa integra o Plano Municipal pela Primeira Infância e valoriza o desenvolvimento infantil.

Rio Grande da Serra

A Biblioteca Monteiro Lobato, em Rio Grande da Serra, abriu inscrições para quatro oficinas gratuitas de cultura e lazer. A programação inclui Leitura e Jogos, Clube de Leitura Infantil e Biblioterapia. As atividades são destinadas a diferentes faixas etárias, com encontros de RPG, literatura e ações voltadas ao autoconhecimento e bem-estar.

Suzano

Profissionais da rede municipal de ensino de Suzano participaram de uma capacitação em primeiros socorros promovida pela Secretaria de Educação em parceria com o Samu. Eles foram treinados em desobstrução das vias aéreas, atendimento a convulsões, queimaduras e fraturas. A formação busca preparar equipes para emergências nas escolas.

Carapicuíba

A Prefeitura de Carapicuíba oferece vagas gratuitas para aulas de hidroginástica destinadas a pessoas de 30 anos ou mais. As atividades serão realizadas nos CEEACs BMX e Planalto, em diferentes dias e horários. A modalidade auxilia no condicionamento, fortalecimento e flexibilidade muscular, além de contribuir para a redução do estresse.



Novo Plano Diretor teve cinco vetos rejeitados pelo Legislativo

Sessões em Santo André têm debates sobre serviços públicos

Plano Diretor e segurança marcam sessão em Santo André

Da Redação

As 47ª e 48ª Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Santo André reuniram debates sobre segurança pública, educação, cultura, infraestrutura e meio ambiente. Os vereadores também analisaram vetos ao novo Plano Diretor e aprovaram cinco projetos na Ordem do Dia, incluindo medidas voltadas à saúde, participação cidadã e inclusão.

Na área de segurança, Tiago Nogueira (PT) relatou ocorrências de assaltos na Vila Gilda e Vila Guarará e defendeu a valorização dos servidores da Segurança Patrimonial. Vavá (PSD) solicitou reforço no policiamento no Parque das Nações e na Vila Floresta.

A educação também foi destaque. Ricardo Alvarez (PSOL) pediu medidas de proteção aos profissionais da EMEIEF Nicolau Barros diante de conflitos relatados na unidade. Bahia (PSDB) sugeriu que o secretário municipal de Educação participe de reunião na Câmara para prestar esclarecimentos sobre demandas da rede.

Questões de infraestrutura e meio ambiente também foram abordadas. Dandan (Avante) pediu a instalação de uma guarita para moto-

ristas das linhas B-31 e B-47. Denis Gambá (Solidariedade) solicitou melhorias na Rua Jacaretinga, incluindo pavimentação e drenagem.

Durante a análise do novo Plano Diretor, cinco vetos foram rejeitados, enquanto os demais foram mantidos. Os dispositivos rejeitados tratam de alterações em artigos do projeto.

Entre os projetos aprovados está o PL 132/2024, que autoriza a criação do Programa Municipal de Hidroterapia para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, autismo e outras condições específicas. Também foram aprovadas propostas atenção à saúde das mulheres no climatério e menopausa, inclusão do Dia da Igreja Bola de Neve no calendário municipal e criação do programa “Câmara Aberta 60+”, voltado à participação política e cidadã da população idosa.

O Legislativo ainda rejeitou veto total ao projeto que trata de ruídos excessivos provocados por escapamentos de motocicletas, veículos e similares. Na Tribuna Livre, foram discutidos o letramento indígena, o enquadramento dos Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADIs) e o retorno das aulas das Escolas Livres e da EMIA.

Campinas mostra a gestores ações para enfrentar o calor extremo

Comitiva de 20 cidades conheceu iniciativas da cidade em monitoramento

Da Redação

Cerca de 40 participantes de diferentes municípios conheceram, nesta terça-feira, 25 de agosto, iniciativas desenvolvidas por Campinas para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. A programação integrou o evento “Calor Extremo e Saúde: Evidências, Impactos e Respostas dos Municípios Brasileiros”, organizado pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), Prefeitura de Campinas e WRI Brasil, com apoio da Unicamp e de outras instituições.

As visitas técnicas tiveram como objetivo mostrar, na prática, ações de monitoramento, preservação ambiental, uso sustentável da água e adaptação climática. A proposta também foi estimular a troca de experiências entre gestores, permitindo que soluções bem-sucedidas em uma cidade sejam adaptadas por outras.

Um dos pontos visitados foi o Radar Meteorológico da Região Metropolitana de Campinas, instalado no Cepagri/Unicamp. Em operação desde dezembro de 2025, o equipamento alcança até 100 quilômetros de distância, atualiza imagens a cada poucos minutos e ajuda no acompanhamento de tempestades, chuva intensa e granizo, além de subsidiar alertas da Defesa



ADRIANO ROSA

A programação incluiu visitas ao Radar Meteorológico do Cepagri/Unicamp

Civil. A comitiva também conheceu uma das 29 microflorestas implantadas em Barão Geraldo. Formadas por espécies nativas da Mata Atlântica, essas áreas ampliam a arborização, aumentam a sombra, ajudam a reduzir a temperatura e favorecem a biodiversidade. Campinas prevê chegar a 200 microflorestas no município.

Na EPAR Boa Vista, os visitantes observaram o uso da água de reuso em ações de enfrentamento aos extremos climáticos. A água abastece, por exemplo, o reservatório instalado na Mata de Santa Genebra, usado no

combate a incêndios em períodos de estiagem.

PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

Na Mata de Santa Genebra, os gestores conheceram estruturas voltadas à prevenção de incêndios e ao monitoramento ambiental, como estação meteorológica, sistema de monitoramento, drones e reservatório de água de reuso. Esses recursos fortalecem a atuação da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros em situações provocadas pela seca e pelo calor extremo.

As medidas integram um conjunto de ações adotadas por Campinas para ampliar

a preparação da cidade diante dos efeitos climáticos. Entre elas estão monitoramento meteorológico, sistemas de alerta, expansão da arborização, climatização de escolas, refúgios climáticos, bebedouros públicos e prevenção a incêndios.

O prefeito de Maringá (PR) e presidente da Comissão de Adaptação, Mitigação e Prevenção de Desastres da FNP, Silvio Barros, afirmou que a visita foi uma oportunidade de aprender com experiências já implantadas e também apresentar projetos de sua cidade que podem ser replicados em Campinas.

Campinas recebe comitiva chinesa para ampliar cooperação

Da Redação

A Prefeitura de Campinas, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação, recebeu nesta terça-feira, 25 de agosto, uma comitiva formada por pesquisadores e empresários chineses interessados em conhecer o ecossistema de inovação do município. O encontro foi realizado na Sala Azul do Paço Municipal e integrou uma agenda organizada pelo Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia (CIETEC), com o objetivo de aproximar instituições dos dois países e identificar oportunidades de cooperação.

Durante a reunião, foram apresentadas características do ambiente de negócios de Campinas, incluindo as condições oferecidas pelo município para empresas estrangeiras que desejam desenvolver atividades ou se instalar na cidade. Entre os representantes da delegação estava o Dr. Yuanyuan Li, diretor do Departamento de Cooperação Internacional do Yangtze Delta Region Institute of Tsinghua University, Zhejiang.

Para o prefeito Dário Saadi, a aproximação com a delegação chinesa reforça a estratégia de ampliar as conexões internacionais de Campinas e pode abrir novas oportunidades para o município. Segundo ele, receber pesquisadores e empresários chineses é uma chance de mostrar o que a cidade oferece e identificar possibilidades de cooperação, investimentos e desenvolvimento tecnológico.



ROGÉRIO CAPELA

Dr. Yuanyuan Li e o prefeito Dário Saadi: encontro na Sala Azul

Levantamento aponta redução de mortes no trânsito pelo sétimo mês seguido

Da Redação

Pelo sétimo mês consecutivo, Campinas registrou redução em todos os índices de mortes no trânsito. O balanço preliminar da Emdec aponta 56 óbitos até julho de 2026, número 24% menor do que o observado no mesmo período de 2025.

Nas vias urbanas, foram 26 mortes até julho, contra 40 no ano anterior, o que representa 14 vidas salvas e uma redução de 35%. Nas rodovias, o município contabilizou 30 óbitos no período, compondo o total parcial do trânsito campineiro neste ano. Entre as vítimas em vias urbanas, 18 eram motociclistas, 7 pedestres e 1 ocupante de ou-



DIVULGAÇÃO/EMDEC

Entre os 16 casos analisados, cinco envolveram a velocidade

tro tipo de veículo. Não houve registro de morte de ciclistas no período, enquanto no mesmo intervalo de 2025 haviam sido contabilizados dois casos.

A Emdec informou que, entre os 16 casos analisados, cinco tiveram relação com velocidade excessiva ou inadequada e outros cinco com falta de habi-

litação. Cada uma dessas causas respondeu por 31% dos óbitos avaliados preliminarmente. O levantamento reforça a presença de fatores de risco já conhecidos no trânsito urbano, especialmente em ocorrências envolvendo motos. A análise também observa que a imprudência e a condução sem permissão seguem entre os principais desafios para a segurança viária na cidade.

Em julho, Campinas teve o maior número de mortes no trânsito de 2026, tanto no eixo urbano quanto nas rodovias. Foram dez mortes nas vias urbanas e 12 nas rodovias, com forte predominância de motociclistas entre as vítimas.

Indaiatuba lidera em ranking nos indicadores social e educação

Município aparece ainda entre os três primeiros lugares em nove categorias

Da Redação

Indaiatuba ficou em primeiro lugar em Indicadores Sociais e Educação no ranking “As Melhores Cidades do Brasil 2026”, elaborado pela Veja Negócios com a Austin Rating. O município também aparece entre os três primeiros em nove indicadores em cidades grandes do Sudeste.

O levantamento analisou 5.570 municípios brasileiros com base em informações fiscais, econômicas, sociais e digitais. A pesquisa reúne indicadores de diferentes setores e estabelece classificações específicas de acordo com cada área avaliada e com o porte das cidades.

Em outras categorias, Indaiatuba ficou em segundo lugar no Índice de Inclusão Social e Digital, em Indicadores Sociais, Atenção ao Jovem, e em Indicadores Digitais, Acesso Digital ao Conhecimento. O município ainda alcançou a terceira posição em Indicadores Digitais e em Indicadores Fiscais, Capacidade de Pagamento.

Em outras categorias, Indaiatuba ficou em quinto lugar em Renda e Emprego, sexto em Indicadores Fiscais, nono em Desenvolvimento Municipal e décimo em Indicadores Econômicos. O município também aparece na 15ª posição em Capacidade de Arrecadação e Comércio Ex-



PREFEITURA DE INDAIATUBA

Indaiatuba lidera indicadores sociais e educação e aparece entre os três primeiros em nove categorias

terior, na 16ª em Empresas e Negócios e na 18ª em Infraestrutura Urbana.

Na classificação geral da Região Sudeste, sem considerar o recorte por população, Indaiatuba ficou em segundo lugar no Índice de Inclusão Social e Digital e em Indicadores Sociais. Também alcançou a sétima posição em Indicadores Fiscais e em Renda e Emprego, a oitava em Indicadores Sociais, Educação e a nona em Indicadores Digitais, Acesso Digital ao Conhecimento.

O ranking reúne dados públicos de diferentes áreas. As posições são apresentadas se-

paradamente para cada indicador, permitindo identificar os setores em que cada município obtém melhor desempenho. Entre as fontes utilizadas estão o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus).

DESEMPENHO E IMPACTO

Os dados usados no levantamento permitem observar o desempenho dos municípios em áreas que têm impacto na administração pública e no cotidiano da população, como educação, inclusão, emprego,

arrecadação, acesso digital e infraestrutura.

Para o prefeito Dr. Custódio Tavares, os resultados refletem avanços em áreas.”Mais um reconhecimento que mostra que Indaiatuba está avançando, com resultados importantes na área social, na educação, na inclusão, na tecnologia, na economia e na gestão pública”, afirmou.

As posições obtidas no levantamento mostram que Indaiatuba aparece entre as cidades mais bem colocadas do Sudeste em critérios, com destaque para indicadores sociais, educacionais, de inclusão e de acesso digital.

Câmara de Paulínia aprova ações para o ingresso em cursos da Etep e Cemep

Da Redação

A Câmara Municipal de Paulínia aprovou, durante a 27ª Sessão Ordinária, ações afirmativas para o ingresso nos cursos técnicos da rede municipal, oferecidos pela Etep e pelo Cemep. A proposta prevê reserva de vagas para pessoas com deficiência e pontuação extra para candidatos pretos, pardos, indígenas, quilombolas e estudantes formados em escola pública. O texto ainda depende de sanção do prefeito.

Os percentuais de reserva, os critérios de pontuação e os mecanismos de fiscalização não foram definidos pelo Executivo — ficarão a cargo



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Medida aprovada ainda depende de sanção do prefeito de Paulínia

dos editais de cada seleção, o que deixa em aberto como as regras serão aplicadas na prática. Os editais também deverão prever medidas con-

tra fraudes na autodeclaração racial ou de escolaridade pública.

Na mesma sessão, os vereadores destinaram R\$ 2,07

milhões a 57 Associações de Pais e Mestres da rede municipal, distribuídos conforme o número de alunos por unidade, e aprovaram grupos de apoio a pessoas com problemas com jogos e apostas, proposta do vereador Alex Eduardo (PRTB).

Também passou a declaração de utilidade pública da Associação Beneficente Cultural Tu És Guia, criada em 2021. A pauta incluiu moções de aniversário para as Emeis Regina Coeli Osti e Rachel Ballista Amatte, além de homenagens a um encontro esportivo no Morro Alto e à Corrida e Caminhada Corredor Verde em Movimento.

Americana aplica fungo para combater o carrapato-estrela

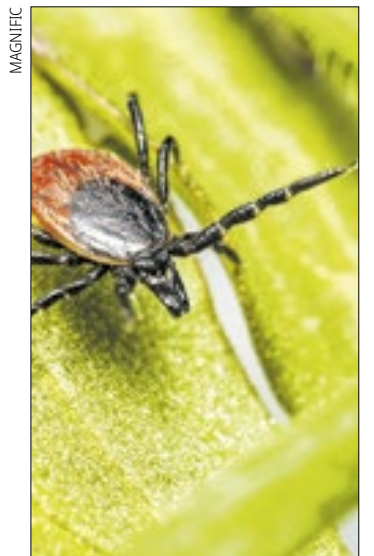
Da Redação

A aplicação de um agente biológico para o controle do carrapato-estrela avança em áreas de risco de Americana. A Prefeitura, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, deu sequência ao uso do fungo *Metarhizium* no Córrego Bertini e no Parque Natural Nilton Pinto Duarte. O trabalho já foi realizado também na Avenida Bandeirantes e nas orlas das praias dos Namorados e Azul.

O carrapato-estrela é transmissor da febre maculosa, doença grave e com risco de morte. O *Metarhizium* é um fungo entomopatogênico utilizado no controle do carrapato e, segundo a Prefeitura, não agride o meio ambiente nem os animais. A ação conta com parceria do Instituto Biológico, da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e da empresa Toyobo, além do acompanhamento da Secretaria Municipal de Saúde.

A população deve evitar áreas de risco, especialmente margens de rios, córregos, lagoas e represas. A orientação é usar roupas claras, botas e manter as barras das calças dentro das meias.

Os sintomas da febre maculosa incluem febre alta, dores no corpo e na cabeça, calafrios e manchas avermelhadas na pele. Em caso de suspeita, é necessário procurar atendimento médico imediatamente informar a passagem por áreas de risco. A recomendação é observar possíveis sintomas entre 2 e 14 dias após a exposição ao local.



MAGNIFIC

Aplicação contra carrapato-estrela avança em Americana

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre e doutorando em Políticas Públicas pela FGV

Um psiquiatra para o Brasil

Em campanhas eleitorais costuma haver de tudo, inclusive surpresas. Para mim, a candidatura do psiquiatra e escritor de livros de autoajuda Augusto Cury foi uma das que mais me surpreenderam.

Ao longo de mais de três décadas, Cury vendeu mais de 40 milhões de livros em dezenas de países. Entre os títulos estão Nunca desista de seus sonhos, Seja líder de si mesmo, O vendedor de sonhos e O homem mais inteligente da história. Nomes que, vistos agora, parecem ter sido escolhidos para uma campanha presidencial.

A decisão chama ainda mais atenção quando se conhece o patrimônio declarado pelo candidato. Cury informou à Justiça Eleitoral possuir R\$ 242,3 milhões em bens, o maior valor entre os presidenciáveis. Aos 67 anos, conhecido por milhões de leitores e estreante na política, ele não precisava de uma candidatura para obter dinheiro ou projeção.

Ainda assim, escolheu disputar a Presidência pelo Avante, partido que tem apenas cinco deputados federais, e aparece com 2% das intenções de voto. Entrou numa eleição polarizada, dominada por dois candidatos que, juntos, concentram quase 70% da preferência do eleitorado.

“Eu nunca encontrei um ambiente tão tóxico como a política. Às vezes, eu sinto que Brasília se tornou como um manicômio e a polarização se tornou esquizofrênica”, disse o presidenciável.

Poucas coisas mexem tanto com as emoções humanas quanto uma eleição presidencial. Não por acaso, uma velha máxima diz que política, futebol e religião não se discutem. Mas política se discute, sim. Sobre tudo durante

uma eleição.

É problemático para a democracia quando os dois candidatos mais bem colocados nas pesquisas não comparecem a um debate para apresentar suas propostas. Foi o que aconteceu no primeiro debate presidencial de 2026, promovido pela Band.

Lula alegou que não havia condições equilibradas para sua participação. A campanha de Flávio Bolsonaro condicionou sua presença à participação de Lula. As justificativas são diferentes, mas o resultado foi o mesmo: os dois evitaram o contraditório.

O cálculo eleitoral é compreensível. Em uma disputa apertada e polarizada, um confronto ruidoso pode produzir erros e alterar os números das pesquisas. Quem está à frente tem mais a perder. Para as campanhas, faltar pode ser uma estratégia. Para o eleitor, é uma perda.

Um debate não serve apenas para assistir a candidatos trocando acusações. É uma das poucas ocasiões em que eles precisam responder a perguntas que não escolheram, ouvir críticas e explicar como pretendem governar. A Presidência impõe situações muito mais difíceis do que um confronto diante das câmeras.

As ausências também criaram uma situação curiosa. O candidato com 2% das intenções de voto teve espaço para falar sobre saúde mental, enquanto aqueles que concentram quase 70% não precisaram dizer o que pretendem fazer nessa área.

A presença de um psiquiatra na disputa abre uma oportunidade para discutir políticas públicas de saúde mental. Não basta, porém, associar a profissão do candidato ao tema. Formação profissional não é programa de governo.

Geraldo Alckmin também é médico e, como vice-presidente, comandou o Ministério do

Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, não o da Saúde. Ronaldo Caiado, que também disputa a Presidência e é médico, tampouco fez da saúde pública o centro de sua trajetória à frente do governo de Goiás. Políticas públicas não surgem milagrosamente da profissão de quem governa.

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde, os transtornos de ansiedade atingem 9,3% da população brasileira, o maior percentual do mundo. A depressão alcança 5,8% dos brasileiros, o maior índice da América Latina e o segundo das Américas.

O problema também aparece em dados mais recentes. Em 2025, mais de 546 mil trabalhadores foram afastados por doenças mentais. Foi o maior número registrado em dez anos, com ansiedade e depressão entre as principais causas.

A resposta do Estado ainda está distante da dimensão do problema. A saúde mental recebe menos de 2% do orçamento do SUS. Especialistas defendem que o percentual deveria chegar a pelo menos 5%.

Quem procura ajuda não enxerga uma rede desenhada no papel. Quer saber onde será atendido, quanto tempo terá de esperar e se haverá profissionais para acompanhar o tratamento. O Brasil tem Caps e atendimento em saúde mental na Atenção Básica, mas o acesso varia muito de acordo com o município e o bairro onde a pessoa vive.

Os candidatos precisam explicar quanto pretendem investir, como ampliar o acesso e quais resultados esperam alcançar. Saúde mental não pode aparecer na campanha apenas quando um psiquiatra recebe a palavra.

Augusto Cury tem 2% das intenções de voto. Os transtornos de ansiedade atingem 9,3% dos brasileiros. A candidatura é nanica. O problema não.

ARNALDO NISKIER

Escritor. Membro da Academia Brasileira de Letras

Escritores judeus

Numa reunião familiar, pensou-se num grupo de 10 escritores judeus, naturalmente incluindo o meu modesto nome. Vieram à tona especialistas como Clarice e Elisa Lispector, Pedro Bloch, ZeviGhivelder, Celso Lafer, José Mindlin, Moacir Scliar, Gilberto Schwartzman e o Rabino Nilton Bonder. É claro que existem muitos outros, mas a ideia é ficar no limite de dez.

Para pertencer à Academia Brasileira de Letras é indispensável ter nascido no Brasil, como rezam os seus Estatutos. Isso exclui nomes respeitáveis como Pedro Bloch e as irmãs Lispector, todos nascidos na Ucrânia, mais particularmente na cidade de Kiev.

As razões pelas quais esses profissionais vieram parar no Brasil são as mais variadas, em geral o antissemitismo praticado em seus países de origem, o que é de se lamentar.

No livro “Tópicos de Judaísmo”, por mim editado em 2023, analiso o olhar judaico em Machado de Assis: “Ele evoca a beleza bíblica, sem esquecer o drama profundo vivido pelos cristãos-novos”. E numa premonição genial: “Israel tem vertido um mar de sangue, embora à tona delle verdeja a nossa fé, a fé que anima o povo, flor suave e bella, que o medo não desfolha, nem já seca, ao vento mau da cólera dos homens.”

Em “A crista-nova”, há elementos de primeira ordem para recordar as sequelas de um período de intolerância quase inacreditável. Macha-

do valoriza esse pensamento, num comprometimento com as preocupações permanentes com o povo judeu, nas suas ideias de Direito, Justiça e Liberdade. A fidelidade ao povo de Israel transparece no poema quando o pai aconselha: “Ama a lei da natureza eterna, ama um homem que será da nossa raça.”

No poema de Machado, Nuno está impotente diante do Santo Ofício. No final, invertendo as posições, Angela (a filha) evoca o povo judeu e a sua imperecibilidade: “Verdeja a nossa fé, a fé que anima o eleito povo. A jovem crista-nova retorna ao seio do seu povo, o que se dá através do sacrifício.” Como se vê, Machado de Assis tinha bem presente a existência do povo de Israel, e assinalada isso em sua obra.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

Um projeto comum para o Rio

A situação do Rio de Janeiro chegou a tal ponto que um acordo político de alto nível precisa estar preparado para o dia seguinte da eleição. A responsabilidade deve ser compartilhada pelas forças políticas mais responsáveis e em combinação com o Judiciário. E incluir entidades de classe patronais e operárias, formadores de opinião e a mídia em geral. Este Correio da Manhã já tem dado sua contribui-

ção ao dar espaço editorial aos poderes municipais e estadual, conscientizando a população para o que vem sendo feito e o que precisa ser feito.

A dívida estadual, apesar de avanços positivos, ainda é impagável. Urge negociar e gerar programa de contenção de despesas e controles. Projetos abandonados, como a privatização da Cedae, devem ser retomados. A segurança nos trens é essencial para que se dobre o uso em curto prazo e com pouco investimento. Hoje, a ferrovia transporta menos da metade do que há 20 anos.

A questão da segurança exige integração dos governos municipais, estaduais e federal. No Rio e em muitas regiões metropolitanas pelo país, assusta e intranquiliza a população e afeta a economia.

O momento é de sacrifícios e não de distribuição de benesses. Sem entendimento amplo, a situação só tende a se agravar.

O desafio envolve toda a sociedade e a oportunidade de corrigir rumos com grandeza é essa, às portas da eleição que renova Executivos e Legislativos.

Naufregar é um risco de todos os envolvidos.

REPRODUÇÃO/VÍDEO



Caiado confrontou entrevistadores em vários momentos

PSD avalia que Caiado deu seu recado no Jornal Nacional

Leituras sobre desempenhos podem ser bem relativas. Se um determinado desempenho foi um completo desastre, não há o que se discutir. Quando não é, pode levar a conclusões diferentes. Para muitos analistas, o candidato do PSD à Presidência, Ronaldo Caiado, não foi bem na sabatina de 40 minutos no Jornal Nacional. Foi evasivo, fugiu de perguntas e questionamentos feitos pelos jornalistas Cesar Tralli e Renata Vasconcelos, respondendo muitas vezes não exatamente ao que perguntavam, mas dizendo o que queria. Essa, porém, não foi a avaliação da cúpula do PSD. Para o partido de Caiado, ao contrário, a performance de Caiado na sabatina teria atingido o seu objetivo, falando principalmente para o eleitorado de direita que Caiado pretende tirar do candidato do PL, Flávio Bolsonaro. É Flávio o adversário de Caiado no primeiro turno.

Como Bolsonaro em 2018

Para um importante assessor de Comunicação do Palácio do Planalto em governos passados, hoje trabalhando com empresas, o desempenho de Caiado teria lembrado o de Jair Bolsonaro ali na mesma sabatina em 2018. Da mesma forma, Caiado teria confrontado a bancada do Jornal Nacional. Em 2018, Bolsonaro teve uma discussão com William Bonner ao tentar mostrar um livro que, segundo ele, faria parte do tal “kit gay” que se levava às escolas. Para o eleitorado de Bolsonaro à época, objetivo alcançado.

REPRODUÇÃO/VÍDEO



Em 2018, Bolsonaro teve confronto com William Bonner

Ataque a Lula, não a Flávio

Em 2018, a reprimenda de William Bonner teria tido o efeito oposto: o então candidato à Presidência lacrava contra a “emissora do sistema”. Agora, Caiado teria se valido de tática parecida. Jogou para a própria TV Globo a responsabilidade pela construção da imagem negativa que parte da população tem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à reeleição. Caiado valeu-se do próprio histórico do noticiário da Globo para atacar Lula, não Flávio, embora seja o eleitor de Flávio quem ele tenha tentado conquistar.

“Quatro anos de propinoduto”

“Eu assisti durante quatro anos aquele propinoduto no Jornal Nacional sobre o roubo do Lula”, disse Caiado para Renata Vasconcelos. Caiado, assim, teria deixado a Globo numa posição desconfortável, de protagonista dos ataques que acabaram levando Lula a ser condenado e preso. Na avaliação do comando do PSD, “os entrevistadores do Jornal Nacional acuaram o Zema, mas foram encurralados por Caiado”.

Esgoto

O tal “propinoduto” citado por Caiado era uma animação para explicar os desvios de recursos da Petrobras investigados na Lava Jato com canos de esgotos por onde escoava o dinheiro. As afirmações foram usadas para rebater questionamentos a respeito da anistia que Caiado pretende dar aos condenados no 8/01.

Relato

A jornalista do Jornal Nacional lembrou a Caiado que, segundo as investigações havia um plano de assassinato de Lula e de Geraldo Alckmin, o que embasou a condenação por tentativa de golpe. “Isso é um relato”, respondeu Caiado. “Não foi um relato”, interrompeu Renata Vasconcelos. Foi aí que Caiado voltou as baterias para o “propinoduto”.

Números e dados

Para o ex-assessor do Planalto, certamente teria sido mais enriquecedor se Caiado tivesse apresentado números e dados concretos a respeito do que ele pretende fazer caso conquiste o governo, em vez de falar de cortes de despesas sem apontar de que forma realmente faria sem gerar enorme impacto nas políticas públicas.

Zema

Erro igual ao de Romeu Zema, do Novo, na primeira sabatina. Mas Zema acabou confrontado nas suas respostas e essa confrontação acabou se tornando a impressão maior da sua participação. Para o PSD, isso não teria acontecido com Caiado. Mesmo deixando várias questões sem resposta, ele teria passado uma sensação de que foi para cima.

Impactos

A questão agora será medir os reais impactos das entrevistas no humor do eleitorado, diante dessa disputa polarizada entre Lula e Flávio, que parece não dar quase que nenhum espaço aos demais. Há, no caso do Jornal Nacional, um fator a mais: esse é o primeiro espaço não controlado no qual todos os principais adversários estarão.

Tropeços

Lula será o sabatinado desta quinta-feira (27). E Flávio Bolsonaro fechará o cliclo de entrevistas na sexta-feira (28). Eles faltaram ao debate da Band. Os adversários dos dois principais contendores nessa disputa eleitoral torcem ali por um tropeço. Flávio terá a sua primeira experiência. Lula já esteve nessa bancada várias vezes.

LUÍZ ROBERTO/TSE



Mendonça propõe uma classificação para deepfake

Mendonça sugere regras para regularizar deepfake

Ministro defende uso de IA quando não levar a percepção falsa

Por **Gabriela Gallo**

O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro André Mendonça, propôs novas regras objetivas para regular e classificar o uso de deepfakes e a proibição da ferramenta de Inteligência Artificial (IA) nas eleições. O magistrado sugeriu que as deepfakes precisam ser diferenciadas de outros tipos de IA e, portanto, ele sugeriu que um conteúdo deve ser considerado deepfake apenas quando o uso sintético do áudio e vídeo apresente grau de realismo ou verossimilhança objetivamente para produzir falsa percepção de autenticidade.

O ministro sugeriu os novos critérios em decisão individual na terça-feira (25). O caso será analisado pelos ministros do TSE em votação no plenário da Corte eleitoral.

“Considera-se deepfake o conteúdo sintético de áudio, vídeo ou combinação de ambos que, mediante criação, substituição ou alteração digital de imagem ou voz, apresente grau de realismo ou verossimilhança objetivamente apto a produzir falsa percepção de autenticidade quanto a manifestação, comportamento, fato ou circunstância representados”, escreveu o ministro.

A tese de André Mendonça de que “conteúdo sintético e deepfake não constituem categorias equivalentes” trata de uma decisão na qual ele determinou a remoção de um vídeo feito com IA com imagens do candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) associando-o ao dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

“Uma definição fundada exclusivamente na técnica empregada alcançaria conteúdos que não apresentam qualquer pretensão de autenticidade, como desenhos, caricaturas, animações, memes, representações fantasiosas ou outras criações cuja artificialidade ou irreabilidade seja imediatamente perceptível pelo destinatário. O problema interpretativo, portanto, não consiste em flexibilizar a opção normativa desta Corte por conferir tratamento rigoroso ao deepfake, mas em delimitar adequadamente o objeto da proibição estabelecida pelo art. 9º-C”, defendeu Mendonça.

A proposta de Mendonça ocorre duas semanas após o plenário do TSE adiar a discussão sobre o uso da imagem em inteligência artificial do ex-presidente Jair Bolsonaro na convenção Nacional do PL.

Medida amplia prazo do 'drawback' para empresas

Devido ao tarifaço, iniciativa prorroga, excepcionalmente, prazos de exportação

Da Redação

Empresas exportadoras brasileiras que tiveram seus compromissos de exportação afetados pelas tarifas adicionais aplicadas pelos Estados Unidos poderão ganhar mais tempo para cumprir as obrigações previstas no regime de drawback suspensão. A Medida Provisória nº 1.386 publicada nesta terça-feira (25) no Diário Oficial da União (DOU), permite a prorrogação, por até um ano, dos prazos de suspensão de tributos para esses casos.

A medida é mais uma iniciativa que busca oferecer às empresas maior capacidade de adaptação diante das mudanças nas condições de acesso ao mercado norte-americano. O objetivo é preservar a competitividade das empresas brasileiras e evitar que compromissos assumidos no âmbito do drawback sejam prejudicados por uma alteração superveniente nas

condições comerciais.

“Essa medida dá às empresas brasileiras mais tempo para se adaptar às novas condições de acesso ao mercado americano. Elas poderão continuar buscando oportunidades nos Estados Unidos ou redirecionar sua produção para outros mercados. É mais uma ação para preservar a capacidade exportadora brasileira”, afirma Márcio Elias Rosa, ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

A medida tem alcance transversal e beneficia empresas de diferentes setores, desde segmentos tradicionais até cadeias de maior complexidade tecnológica. Entre os principais produtos exportados aos Estados Unidos com utilização do drawback estão produtos de madeira, pedras trabalhadas, produtos químicos, portas e outros produtos manufaturados, calçados, transformadores, carnes, móveis e máquinas e equipamentos.



Medida busca oferecer às empresas maior capacidade de adaptação diante das mudanças de acesso aos EUA

“A medida confere flexibilidade ao drawback e contribui para que o regime continue cumprindo seu papel de apoiar a competitividade das empresas brasileiras no comércio internacional”, afirma Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior.

A regra também contempla empresas fabricantes-intermediárias, que utilizam o drawback para adquirir insumos e produzir componentes ou outros produtos intermediários destinados a empresas que fabricarão o produto final para exportação. Por exemplo, uma empresa que produza uma peça com insumos adquiridos com drawback e a forneça a uma fabricante que exportará

o produto final para os Estados Unidos também poderá ser beneficiada pela prorrogação, desde que o compromisso de exportação do produto final tenha sido comprovadamente afetado pelas tarifas adicionais aplicadas pelos EUA.

A MP não implica impacto orçamentário ou financeiro nem representa nova renúncia de receita, uma vez que os atos concessórios abrangidos pela medida já haviam sido emitidos anteriormente — em 2024 ou, no caso de bens de capital de longo ciclo de fabricação, em 2021.

A possibilidade de extensão vale para empresas que, entre outras condições:

- possuem ato concessório

de drawback suspensão com prazo final entre 22 de julho e 31 de dezembro de 2026;

- tiveram o cumprimento do compromisso de exportação afetado pela aplicação de tarifas adicionais dos Estados Unidos.

A prorrogação poderá ser de até 12 meses, conforme as condições estabelecidas na Medida Provisória.

Para a efetiva aplicação da novidade, a Secretaria de Comércio Exterior do MDIC (Secex/MDIC) regulamentará nos próximos dias, por meio de portaria, a forma de envio dos pedidos de prorrogação de prazo, bem como os documentos necessários à análise de cada processo.

CNI: falta de confiança chega a 25 setores industriais

Da Redação

O número de setores industriais pessimistas caiu de 26 para 25 em agosto, revelam os Resultados Setoriais do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta quarta-feira (26). Segundo a pesquisa, empresários de apenas quatro segmentos estão otimistas.

“A pesquisa reforça esse estado de falta de confiança para o recorte setorial, os portes e as regiões do país. O Índice de Confiança, como um todo, avançou na passagem de julho para agosto de 2026, mas segue mostrando um estado de pessimismo há 20 meses consecutivos”, explica Larissa Nocko, especialista em Políticas e Indústria da CNI.

Em relação a julho, o ICEI caiu em 16 dos 29 setores da indústria. Em um segmento — perfumaria, limpeza e higiene pessoal — a queda deixou o índice abaixo da linha divisória de 50 pontos, sinalizando falta de confiança dos empresários.

Por outro lado, o ICEI subiu em 13 segmentos. Em dois deles — impressão e reprodução e equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos — a alta fez com que o indicador ultrapassasse a linha divisória e passasse a refletir a confiança dos empresários.

O ICEI do Centro-Oeste recuou meio ponto e fechou o mês de agosto em 49,9 pontos. Com isso, os empresários da região se juntaram aos industriais o Sul, Sudeste e Norte, demonstrando pessimismo.



Levantamento aponta que apenas quatro segmentos mostram otimismo

No Sul, o indicador caiu 1,7 ponto, para 42,8 pontos, o que aprofundou a falta de confiança entre os empresários. No Sudeste, o índice até subiu — alta de 0,6 ponto, para 46,3 pontos —, mas não reverteu

o quadro de pessimismo. No Norte, por sua vez, a falta de confiança se aprofundou depois do recuo de 0,6 ponto, que levou o ICEI a 48 pontos.

A região Nordeste se isolou como a única a apresentar oti-

mismo. O ICEI subiu 0,3 ponto, alcançando 51,1 pontos. O levantamento aponta que o pessimismo aumentou entre os empresários das médias e das grandes indústrias. O ICEI de ambos os portes caiu 0,3 e 0,4 ponto, para 46 e 47,6 pontos, respectivamente. “Isso pode estar relacionado à imposição das tarifas adicionais por parte dos Estados Unidos sobre os produtos brasileiros, impactando as empresas exportadoras”, afirma Nocko.

Já entre as pequenas, o índice aumentou 0,6 ponto, chegando a 46,8 pontos, mas ainda em patamar de falta de confiança.

Para esta edição da pesquisa, a CNI consultou 1.710 empresas, sendo 696 pequenas, 617 médias e 397 grandes, entre 3 e 12 de agosto de 2026.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

ILUSTRAÇÃO / IMAGEM GERADA POR IA



Deputado diz que há registros de ameaças e agressões contra servidores

Projeto na Câmara prevê porte de arma para fiscais agropecuários

O deputado federal Coronel Meira (PL-PE) apresentou projeto de lei que autoriza o porte de arma de fogo para Auditores Fiscais Federais Agropecuários. O PL 5150/2026, protocolado na Câmara dos Deputados em 24 de agosto, altera o Estatuto do Desarmamento para incluir a categoria entre as carreiras com direito ao porte. Na justificativa, Meira afirma que esses servidores do Ministério da Agricultura e Pecuária atuam em propriedades rurais, portos, aeroportos e regiões de fronteira, inclusive em operações com forças de segurança. O deputado cita fiscalizações relacionadas a contrabando e à circulação irregular de agrotóxicos, fertilizantes e medicamentos veterinários. O texto equipara os auditores agropecuários a categorias como auditores da Receita Federal e do Trabalho. A proposta ainda precisa ser analisada pela Câmara e pelo Senado.

CRECI-SP abre concurso público com 34 vagas

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (CRECI-SP) abriu concurso público para cargos de níveis médio, técnico e superior, com salários de R\$ 3.920 a R\$ 9.940 e jornada de 40 horas semanais. São 34 vagas imediatas, além de cadastro de reserva. As inscrições seguem até 21 de setembro, pelo site da Avança SP, com taxas entre R\$ 53,50 e R\$ 72,30. As provas objetivas estão previstas para 29 de novembro. Os aprovados serão contratados pelo regime CLT.

GOOGLE STREET VIEW



Salários variam de R\$ 3.920 a R\$ 9.940 em regime CLT

Inclusão de pessoas com Down no setor público

O deputado federal Cezinha de Madureira(PL-SP) apresentou o PL 5.170/2026, que prevê medidas para ampliar a contratação de pessoas com síndrome de Down em serviços ligados à administração pública. A proposta altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência e estabelece regra para empresas prestadoras de serviços contratadas pelo poder público. O objetivo é ampliar a participação desse público no mercado de trabalho por meio de contratos administrativos. O projeto ainda será analisado pela Câmara dos Deputados.

Reunião para discutir Indenização de Fronteira

A Medida Provisória 1.375/2026 incluiu servidores da carreira de Analista Técnico do Poder Executivo Federal e da Abin entre os beneficiários da Indenização de Fronteira. A comissão mista do Congresso deve analisar a medida em 1º de setembro. Entidades sindicais como o Condsef/Fenadsef e Sindsep-DF defendem que o benefício também seja estendido a servidores da Funai que atuam em regiões de fronteira.

Escala Aprovada I

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso validou, por unanimidade, a Lei Municipal nº 7.017/2025, de Tangará da Serra, que permite a jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso aos servidores públicos e não aumentaria salários. A ação que questionava a norma foi considerada improcedente pelo colegiado.

Escala Aprovada II

A federação sindical alegava falta de estudo sobre impacto financeiro e violação de direitos dos servidores. O TJMT entendeu, porém, que a escala não cria cargos nem aumenta salários e integra o poder de gestão do Executivo. O relator também afirmou que servidores estatutários não têm direito a regime jurídico imutável.

Celulares proibidos I

Servidores e agentes públicos das unidades socioeducativas de Mato Grosso do Sul terão o uso de celulares e outros aparelhos pessoais restringido durante o expediente. A medida da Sejusp-MS, publicada no Diário Oficial do Estado, vale para unidades de internação provisória e semi-liberdade, independentemente do vínculo funcional.

Celulares proibidos II

A regra permite uso de aparelhos por até cinco minutos consecutivos, em locais e horários definidos pela direção, com exceções para emergências e atividades externas. São autorizados dispositivos institucionais. Gravações não autorizadas estão proibidas, e o descumprimento pode resultar em responsabilização administrativa, civil ou penal.

Gratificação Extendida I

O SINDJUS e a ASCONJ protocolaram, na última segunda (24), requerimento ao Conselho Nacional de Justiça para estender a GAActa a todos os servidores do órgão. Criada pela Resolução CNJ nº 694/2026, a gratificação corresponde a 15% da remuneração e atualmente é destinada apenas a ocupantes de cargos comissionados.

Gratificação Extendida II

As entidades defendem tratamento isonômico e afirmam que a alta complexidade das atividades não é exclusiva dos servidores comissionados. O requerimento cita a Política Nacional de Gestão de Pessoas e benefícios semelhantes concedidos em outros órgãos do Judiciário. O SINDJUS e a ASCONJ pedem a ampliação da gratificação.

ILUSTRAÇÃO / IMAGEM GERADA POR IA



Defesa pediu que PAD envolvesse apenas o órgão e o servidor investigado

Vítima de assédio pode participar de PAD contra servidor público

STJ decidiu que denunciante pode atuar como terceira interessada no processo

Da **Redação**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a pessoa que denuncia um servidor público por condutas de natureza sexual pode atuar como terceira interessada no processo administrativo disciplinar (PAD) aberto para apurar o caso. Segundo o colegiado, a participação da denunciante não viola o direito de defesa do servidor nem o sigilo do procedimento.

A decisão foi tomada em mandado de segurança apresentado pela defesa de um servidor investigado. Os advogados questionavam a presença das denunciante no PAD e sustentavam que elas estariam recebendo poderes semelhantes aos de uma parte do processo ou de um assistente de acusação, figura que não está prevista na legislação que disciplina o procedimento administrativo.

A defesa também alegou que a participação poderia afetar garantias constitucionais e processuais do servidor investigado. O pedido, porém, foi rejeitado pela Corte Especial, após manifestações da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério Público Federal (MPF) favoráveis à possibilidade de intervenção das denunciante.

Relator do processo, o ministro Antonio Carlos Ferreira afirmou que a presença das

supostas vítimas não reduz as garantias do servidor. Segundo ele, permanecem assegurados o contraditório, a ampla defesa, a defesa técnica, a autodefesa, a presunção de inocência e a possibilidade de contestar argumentos e provas apresentados durante o PAD.

O ministro também considerou aplicáveis a esses procedimentos o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, incorporada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto 1.973/1996.

Com base nessas normas, o relator apontou que a administração pública pode permitir a participação das supostas vítimas como terceiras interessadas em processos destinados a investigar formas de violência de gênero, incluindo condutas de natureza sexual praticadas por servidores.

SIGILO

A decisão também tratou do sigilo do PAD. Para o STJ, a obrigação de preservar as informações do processo alcança todos os participantes que tenham acesso aos autos e afastou o argumento de que a inclusão das denunciante representaria risco de quebra de sigilo.